



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 98, de 22 de março de 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante no Processo Administrativo Digital nº 17393/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a revisão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, ciclo 2018-2021, consoante o disposto no art. 13, da Resolução CNJ nº 201/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 22 de março de 2019.

Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

A large, faint watermark graphic of a lightbulb with a tree inside it, symbolizing sustainable ideas. The tree is composed of several overlapping circles of varying shades of gray and white, with a simple trunk and roots.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRE-BA
PLS 2018-2021

Versão 2.0

Salvador- BA, 2018

PLS/TRE-BA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COMPOSIÇÃO DA CORTE

Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Presidente

Des. EDMILSON JATAHY FONSECA JÚNIOR
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Belª PATRÍCIA CERQUEIRA KERTZMAN SZPORER
Juíza - Diretora da Escola Judiciária Eleitoral

Bel. FREDDY CARVALHO PITTA LIMA
Juiz

Bel. ANTÔNIO OSWALDO SCARPA
Juiz Cooperador

Bel. RUI CARLOS BARATA LIMA FILHO
Juiz Ouvidor

Bel. DIEGO LUIZ LIMA DE CASTRO
Juiz

Dr. CLÁUDIO ALBERTO GUSMÃO CUNHA
Procurador Regional Eleitoral

PLS/TRE-BA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

COMITÊ GESTOR DO PLANO DE LOGISTICA SUSTENTÁVEL

FABÍOLA MAZZEI PEREIRA VITÓRIO DA SILVA
Presidente do Comitê Gestor do PLS

LUCIANA BICHARA DANTAS
Secretaria de Gestão Administrativa

MARCELO CONTE BASTOS
Secretaria de Gestão de Pessoas

ANTÔNIO MOISÉS ALMEIDA BRAGA
Secretaria de Gestão de Serviços

MARTA MARIA BARREIROS GAVAZZA DE BRANDÃO LIMA
Secretaria Judiciária

RONALDO DA SILVA MOURA
Secretaria da Corregedoria

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CINTHIA ALMEIDA DA SILVEIRA
Secretaria de Tecnologia da Informação

ROBELZA OLIVEIRA SANTOS ROCHA
Coordenadoria de Planejamento e Gestão

LEIDIANE SOUZA DE JESUS
Núcleo do Plano de Logística Sustentável

PLS/TRE-BA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CONTROLE DE VERSÕES			
DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
1/2/2018 (Portaria n.º 35/2018)	1.0	PLS	Comissão Gestora do PLS (Portaria n.º 128/2017)
5/11/2018 (Aprovação pelo CG-PLS)	2.0	PLS	Comitê Gestor do PLS (Resolução n.º 27/2018)

PLS/TRE-BA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE SIGLAS
SIGNIFICADO

SIGLA

SIGNIFICADO

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AE	Ano Eleitoral
ANE	Ano Não Eleitoral
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial
CAT	Centro de Apoio Técnico
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COASA	Coordenadoria de Atenção à Saúde
COEDE	Coordenadora de Educação e Desenvolvimento
CG-PLS	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
COGED	Coordenadoria de Gestão Documental, Informação e Memória
CONAMA	Conselho Nacional de Meio-Ambiente
COSAD	Coordenadoria de Serviços Administrativos
EJE	Escola Judiciária Eleitoral
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
JE	Justiça Eleitoral
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OTRS	Open Technology Real Services
PAD	Processo Administrativo Digital
PLAS	Núcleo do Plano de Logística Sustentável
PBR	Pallet Brasileiro Retornável
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PJE	Processo Judicial Eletrônico
PLAS	Núcleo do Plano de Logística Sustentável
PLS	Plano de Logística Sustentável
PQVT	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
SEAAC	Seção de Apoio Administrativo à Capital
SEADIN	Seção de Apoio Administrativo ao Interior
SEGEA	Seção de Gestão de Almoxarifado
SEGIN	Seção de Segurança Institucional
SEPROB	Seção de Projetos e Obras
SEQUIP	Seção de Equipamentos de Informática
SGA	Secretaria de Gestão Administrativa
SGS	Secretaria de Gestão de Serviços
SGRH	Sistema de Gestão de Recursos Humanos
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
SJU	Secretaria Judiciária
SUCAB	Superintendência de Construções Administrativas da Bahia
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ZE	Zona Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. IDENTIFICAÇÃO DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO	6
3. INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS DO TRE-BA	7
4. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E RACIONALIZAÇÃO DO USO	10
4.1 Gestão de Resíduos	11
4.2 Contratações Sustentáveis	11
4.3 Papel e Suprimentos de Impressão	13
4.4 Sistemas Informatizados (PJE E PAD)	13
4.5 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	13
5. METODOLOGIA	14
6. INDICADORES, METAS	17
6.1 Material de Consumo (papel, copo, impressão)	17
6.2 Energia Elétrica	29
6.3 Água e Esgoto	34
6.4 Gestão de Resíduo	39
6.5 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	44
6.6 Telefonia	50
6.7 Vigilância	54
6.8 Limpeza	58
6.9 Veículos	63
6.10 Combustível	65
6.11 Reformas	67
6.12 Capacitação Socioambiental	68
7. PLANOS DE AÇÃO	71
7.1 Materiais de Consumo	71
7.2 Energia Elétrica	73
7.3 Água e Esgoto	74
7.4 Resíduo	76
7.5 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	79
7.6 Telefonia	83
7.7 Vigilância	85
7.8 Limpeza	86
7.9 Veículos e Combustível	90
7.10 Reformas	91
7.11 Capacitação Socioambiental	92
7.12 Sensibilização	96
8. MECANISMO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	98
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) apresenta o Plano de Logística Sustentável (PLS), documento vinculado ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-BA 2016-2021, instituído pela Resolução nº 14, de 14 de dezembro de 2015. O PLS visa estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do Órgão.

Nesse sentido, o documento compõe-se de indicadores mínimos para a avaliação do desempenho ambiental e econômico que devem ser aplicados pelo TRE-BA, além de práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços. Tais práticas versam sobre os seguintes temas: *material de consumo (papel, copo, impressão), energia, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida, telefonia, vigilância, limpeza, veículos, combustível, reformas e capacitação socioambiental.*

O PLS-TRE-BA encontra-se alinhado às diretrizes da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 201, de 3 de março de 2015, e da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.474/2016. Os referidos órgãos determinaram, no âmbito do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, respectivamente, a criação dos núcleos socioambientais e a implantação do PLS.

Da publicação do PLS, em 1º de fevereiro de 2018, até ao presente momento, o Tribunal tem avançado em relação à temática ambiental. Destacam-se a criação do Núcleo do Plano de Logística Sustentável-PLAS, por meio da Resolução Administrativa n.º 12/2018; a instituição da Política de Sustentabilidade e do Comitê Gestor, mediante Resolução Administrativa n.º 27/2018; e a criação dos Grupos Executivos para executar os projetos que viabilizarão a implantação do PLS.

Dessa forma, fez-se necessária a revisão do presente documento com objetivo de adequá-lo aos normativos vigentes e dotá-lo das ferramentas necessárias a sua execução, possibilitando a definição de objetivos, responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados que permitam estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho.

2. IDENTIFICAÇÃO DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO

O PLS do TRE-BA encontra-se alinhado ao PEI 2016-2021, e está vinculado aos objetivos estratégicos:

- *Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis, que consiste no desenvolvimento de ações que contribuam para a preservação do meio ambiente, além da promoção da cidadania;*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- *Aperfeiçoar a qualidade do gasto público*, que representa o propósito do desenvolvimento de uma cultura de uso racional, satisfatório e eficiente dos recursos, evitando desperdícios;
- *Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro*, que consiste em garantir a infraestrutura apropriada às atividades institucionais, assim como propiciar ações de valorização de servidores e magistrados, relacionadas à organização do trabalho, ergonomia, promoção de saúde, melhoria das relações interpessoais e responsabilidade social, com o objetivo de ampliar o bem-estar das pessoas que integram a organização.

3. INVENTÁRIO CONSOLIDADO DE BENS E MATERIAIS DO TRE-BA

Encontram-se relacionados abaixo os bens adquiridos pelo TRE-BA considerando critérios de sustentabilidade.

Tabela 1 – Bens Adquiridos considerando critérios de sustentabilidade

Material	Crítérios de sustentabilidade utilizados para aquisição
Copo plástico descartável – para Água Capacidade 200 ml.	Material: Poliestireno. De acordo com norma NBR 14865, da ABNT. Acondicionados em tiras de 100 unidades.
Copo plástico descartável para café. Capacidade 50 ml.	Material: Poliestireno; De acordo com norma NBR 14865, da ABNT. Acondicionados em tiras de 100 unidades.
Garrafa térmica de pressão Capacidade 1 L.	Material: plástico; Ampola de vidro. Indicação expressa de conformidade com a norma NBR 13282/98 da ABNT.
Pallet em madeira	PBR-I – padrão brasileiro, em madeira de reflorestamento, não reversível. Dupla face. Quatro entradas, que permitam movimentação com paleteira ou empilhadeira. Dimensões: 1200 mm x 1000 mm x 148 mm (comprimento x largura x altura). Capacidade de carga: dinâmica – 1.600kg Estática – 3.200kg. Espessura da madeira: 24 mm para a face superior, face inferior e tábua de ligação; 76 mm para o bloco.
Pilha alcalina pequena, Tipo AA	Tipo AA Cartela com 2 unidades Tensão: 1,5 V. Adequada à Resolução nº 401/2008 – CONAMA. Indicação expressa do nome do fabricante. Indicação de prazo de validade não inferior a um ano contado da data de recebimento definitivo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Pilha alcalina palito, Tipo AAA	Cartela com 4 unidades. Adequada à Resolução nº 401/2008 – CONAMA. Indicação expressa do nome do fabricante. Indicação de prazo de validade não inferior a um ano, contado da data de recebimento definitivo.
Pilha Alcalina Média Tipo C	Cartela com 2 unidades. Adequada à Resolução nº 401/2008 – CONAMA. Indicação expressa do nome do fabricante. Indicação de prazo de validade não inferior a um ano, contado da data de recebimento definitivo.
Material	Critérios de sustentabilidade utilizados para aquisição
Caneta esferográfica cor azul	Em material plástico. Ponta em aço inoxidável ou latão, com esfera de tungstênio. Corpo transparente. Selo de adequação à norma ABNT NBR 15236/2012 – Versão Corrigida 2013. Acondicionada em caixa com 50 unidades. Prazo de validade impresso na embalagem, não inferior a 18 meses contados da data do recebimento definitivo.
Caneta esferográfica cor vermelha	Em material plástico. Ponta em aço inoxidável ou latão, com esfera de tungstênio. Corpo transparente. Selo de adequação à norma ABNT NBR 15236/2012 – Versão Corrigida 2013. Acondicionada em caixa com 50 unidades. Prazo de validade impresso na embalagem, não inferior a 18 meses contados da data do recebimento definitivo.
Etiqueta autoadesiva	Apresentação: bobina Papel couchê Dimensões: 2,5cm x 6,0cm Tipo: lacre Fragmentação na retirada. Rolo com, no mínimo, 1.000 (mil) etiquetas Tubete de 1” (uma polegada). Compatível com a impressora marca Zebra Cashway Acondicionadas em embalagem de papelão reciclável. Prazo de validade não inferior a 11 meses, contados do recebimento definitivo
Etiqueta autoadesiva	Apresentação: bobina Papel couchê Dimensões: 2,5cm x 6,00cm Tipo: lacre. Fragmentação na retirada. Rolo com, no mínimo, 1.000 (mil) etiquetas Tubete de 3” (três polegadas). Compatível com a impressora marca Zebra Cashway. Acondicionadas em embalagem de papelão reciclável. Prazo de validade não inferior a 11 meses, contados do recebimento definitivo
Filme para aparelho de fac-símile	Compatível com aparelho Brother Intelifax 775. Acondicionados em embalagem de papelão, com 2 unidades. Indicação expressa de validade não inferior a 10 meses, contados da data de recebimento definitivo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Bobina de papel para fac-símile	Termo sensível, Med. 216 mm x 30M, Alta sensibilidade e nitidez de resolução gráfica. Acondicionados em embalagem reciclável, com até 12 unidades.
Clips nº 1	Em aço inox; Tratamento superficial: niquelado. Caixa com 100 unidades embaladas em embalagem de papelão com até 100 un.
Clips nº 6	Em aço inox; Tratamento superficial: niquelado, Caixa com 50 unidades Embaladas em embalagem de papelão com até 100 un.
Colchete Latonado n.º 07	Caixa com 72 unidades Embaladas em embalagem de papelão com até 100 un.
Material	Critérios de sustentabilidade utilizados para aquisição
Colchete Latonado nº 10	Caixa com 72 unidades Embaladas em embalagem de papelão com até 100 un.
Colchete Latonado nº 12	Caixa com 72 unidades Embaladas em embalagem de papelão com até 100 un.
Cartucho de Toner Compatível com impressora Tally 9330	Não se admitindo produtos remanufaturados ou recondicionados. Referência 043872. Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade. Prazo de validade: mínimo de 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Fita para impressora matricial Compatível com impressora Epson LQ 590	Em nylon, Capacidade mínima de 5 milhões de caracteres. Não admitidos produtos remanufaturados ou recondicionados. Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade. Prazo de validade: mínimo de 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Cartucho de fita para impressora, Cor preta, Compatível com impressora Okidata ML420,	Não admitidos produtos remanufaturados ou recondicionados. Rendimento: Mínimo de 7,5 milhões de caracteres. Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade, Prazo de validade: mínimo de 22 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Cartucho de Toner Compatível com impressora HP LaserJet P2035	Não admitidos produtos remanufaturados ou recondicionados. Referência: CE505A Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade. Prazo de validade: mínimo de 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Cartuchos de Toner para impressora Samsung ML-3310	Original ou certificado pela fabricante. Referência: MLT – D205L. Acondicionados em embalagem individual. Prazo de validade: mínimo de 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Cartucho de Toner Compatível com impressora Okidata B410	Não admitidos produtos remanufaturados ou recondicionados. Referência 43979101. Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade. Prazo de validade não inferior a 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Cartucho de Toner Compatível com impressora HP LaserJet P2015,	Não admitidos produtos remanufaturados ou recondicionados. Referência: Q7553X. Acondicionado em caixa individual, com indicação impressa de compatibilidade. Prazo de validade: mínimo de 11 meses, contados da data de recebimento definitivo. Logística Reversa.
Material	Critérios de sustentabilidade utilizados para aquisição
Condicionador de ar “split system” do tipo Hi Wall	Capacidade mínima de refrigeração de 18.000 BTU/h, 220V, Selo Procel, ciclo frio, compressor rotativo, controle remoto sem fio, mínimo de três velocidades de insuflamento (alta, média e baixa), movimento e controle automático do direcionamento do ar (swing), acionamento de emergência na unidade interna no caso de perda ou dano do controle remoto. Garantia mínima de seis meses, a partir do recebimento definitivo.
Condicionador de ar “split system” do tipo Hi Wall	Capacidade mínima de refrigeração de 24.000 BTU/h, 220V, Selo Procel, ciclo frio, compressor rotativo, controle remoto sem fio, mínimo de três velocidades de insuflamento (alta, média e baixa), movimento e controle automático do direcionamento do ar (swing), acionamento de emergência na unidade interna no caso de perda ou dano do controle remoto. Garantia mínima de seis meses, a partir do recebimento definitivo.
Condicionador de ar “split system” do tipo Hi Wall	Capacidade mínima de refrigeração de 36.000 BTU/h, Selo Procel, ciclo frio, compressor rotativo, controle remoto sem fio, mínimo de três velocidades de insuflamento (alta, média e baixa), movimento e controle automático do direcionamento do ar (swing), acionamento de emergência na unidade interna no caso de perda ou dano do controle remoto. Garantia mínima de seis meses, a partir do recebimento definitivo.

4. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E RACIONALIZAÇÃO DO USO

A partir da publicação das Recomendações nº 11/2007 e nº 27/2009 do CNJ, o Poder Judiciário passou a incluir práticas socioambientais nas atividades rotineiras dos tribunais. Posteriormente, a Resolução do CNJ nº 114 de, 20 de abril 2010, dispôs sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras no Poder Judiciário. A seguir, a Resolução CNJ 198/2014, que dispôs sobre o Planejamento Estratégico e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, classificou como atributo de valor a Responsabilidade Socioambiental.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Nesta mesma linha, o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, estabeleceu critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal. Ainda em 2012, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por intermédio da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro, estabeleceu regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável na Administração Pública Federal como ferramentas de planejamento para permitir que os órgãos e as entidades estabelecessem práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública.

Ciente da importância da adoção de critérios de sustentabilidade, o TRE-BA vem priorizando medidas que assegurem a observância das diretrizes estabelecidas. Em 12 de setembro de 2008 foi instituída a Comissão Ambiental por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 527. Em seguida, foi instituída a Comissão de Seleta Coletiva Solidária (Portaria do Diretor-Geral nº 243, de 15 de maio de 2012). Com a Portaria do TRE-BA nº 224, de 11 de novembro de 2014, foi criada comissão com a finalidade de realizar a definição da padronização dos critérios ambientais exigíveis nas aquisições e contratações de bens e serviços.

Com o advento das Resoluções do CNJ nº 201/2016 e do TSE nº 23.474/2016, surgiu a necessidade de elaborar um documento mais amplo que, além de prever a conscientização ambiental, contemplasse indicadores, metas e iniciativas voltadas à redução do consumo e à economia financeira. Nesse sentido, em 2017, a Comissão Ambiental e a Comissão de Coleta Seletiva foram extintas para dar lugar à Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.

Como visto, o TRE-BA historicamente tem priorizado medidas que assegurem a observância das diretrizes ambientais estabelecidas no âmbito do Poder Judiciário e da Administração Pública Federal. Assim, segue abaixo um breve relato das práticas sustentáveis que vêm sendo adotadas por este Regional.

4.1. Gestão de Resíduos

O TRE-BA participa, desde o ano 2000, do Programa *Recicla CAB*, da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – SUCAB, na reciclagem de papel. Em 2007 esse programa foi rebatizado, passando a ser denominado *Recicla Já Bahia*. A separação dos resíduos recicláveis descartados, especialmente os papéis, é realizada em cada unidade do TRE-BA, sob a responsabilidade dos próprios servidores. Há também lixeiras de coleta seletiva distribuídas em áreas comuns da Secretaria do Tribunal. Após serem recolhidos pela empresa terceirizada responsável pela limpeza, os resíduos são alojados nos contêineres até que as cooperativas de catadores associadas ao programa venham fazer a coleta.

Atualmente, o programa, além de reciclar papel, promove também a reciclagem de plástico, metal e vidro.

4.2 Contratações Sustentáveis



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

O atual contrato de manutenção predial dos imóveis da capital do TRE-BA prevê a observância dos seguintes critérios: racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes; realização de estudos para redução de consumo de energia elétrica e de água; e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes. Tem-se ainda exigido a utilização, pelas contratadas, de produtos certificados pela Anvisa e que não agridam o ambiente, além da adoção de coleta seletiva, quando possível, a fim de incentivar a cultura da reciclagem.

Além disso, nos projetos novos e por ocasião das reformas das diversas unidades eleitorais, estão sendo incluídas mudanças no que concerne ao uso de materiais que atendam aos critérios de sustentabilidade, como segurança, eficiência e durabilidade, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

Com relação aos veículos, este Regional tem adotado as seguintes medidas: preparação de termos de referência que contemplem a aquisição de veículos bicomustíveis, visando à utilização de combustível menos poluente, como o álcool; destinação criteriosa das peças retiradas em manutenção de veículos, sobretudo pneus e baterias; exigência de produtos biodegradáveis quando da aquisição de materiais de limpeza e manutenção dos veículos, assim como exigência de ausência de gases agressivos à camada de ozônio nas embalagens em spray.

Outras providências vêm sendo adotadas para garantir a sustentabilidade nas contratações, dentre as quais merecem destaque:

- a) adoção de modelo de termo de referência que já prevê que as embalagens utilizadas devam permitir sua reutilização, ser confeccionadas em material reciclável ou, quando isso não for possível, conter apenas o tamanho necessário ao acondicionamento do bem;
- b) na aquisição de mobiliário é exigida a utilização de madeira de reflorestamento.

Estão sendo observadas, ainda, as diretrizes e os critérios previstos no Relatório da Comissão instituída pela Portaria n.º 224, de 11 de novembro de 2014, referente à padronização dos critérios ambientais nas aquisições e contratações de bens e serviços, quais sejam:

- 1) preferência por produtos de baixo impacto ambiental;
- 2) aquisição de produtos duráveis e reparáveis;
- 3) adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;
- 4) consulta ao Catálogo de Materiais do sistema de compras do Governo Federal quanto aos itens classificados como sustentáveis;
- 5) estabelecimento, sempre que possível, de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;
- 6) atendimento das Normas Técnicas da ABNT ou similares para aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados;
- 7) preferência da aquisição: a) de papel confeccionado com madeira de origem legal; b) de itens derivados do papel constituídos no todo ou em parte por materiais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

recicladou, atóxicos e biodegradáveis; c) de lápis fabricados com madeira de origem legal ou feitos com material reciclado; d) de materiais de limpeza: menos agressivos ao meio ambiente, concentrados (que utilizam menor quantidade de matéria-prima e água em sua fabricação), fabricados com matérias-primas de origem vegetal, não poluentes e biodegradáveis; e) de materiais de copa e cozinha de material durável, como vidro, cerâmica ou aço escovado; f) de copos descartáveis menos poluentes, preferencialmente a base de amido de milho ou papelão;

8) aquisição de mobiliário acompanhado de relatórios de ensaio de laboratório acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), demonstrando que o produto está em conformidade com as normas brasileiras pertinentes (armários – NBR 13961/2010 ou versões posteriores; mesas – NBR 13966/2008 ou versões posteriores; estações de trabalho – NBR 13967/2011 ou versões posteriores; cadeiras e poltronas – NBR 13962/2006 ou versões posteriores; divisórias – NBR 13964/2003 ou versões posteriores);

9) aquisição de equipamentos com Selo Procel de economia de energia e exigência de componentes inofensivos à camada de ozônio;

10) lâmpadas de modelos fluorescentes compactos de alta eficiência energética, com selo Procel de economia de energia, ou tubulares de alto rendimento (opcionalmente, quando viável, dar preferência a lâmpadas de LED); sempre que possível, exigir a logística reversa, cabendo ao fornecedor o recolhimento do material;

11) na aquisição de pilhas e baterias: a) exigir que as embalagens contenham as informações que atendam ao art. 14 da Resolução n.º 401/2008 – Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA); b) exigir que no corpo dos produtos constem informações que atendam ao disposto no art. 16 da Resolução n.º 401/2008 – CONAMA; c) exigir, sempre que possível e no interesse da Administração, a logística reversa.

12) na aquisição de cartuchos e toner: a) sempre que possível, e no interesse da Administração, exigir a logística reversa.

4.3. Papel e Suprimentos de Impressão

O TRE-BA tem optado pela locação de impressoras, o que repercute na gestão de material e na qualidade do gasto público. Com efeito, as impressoras locadas, mais modernas e eficientes, permitem um melhor aproveitamento dos cartuchos de impressão e um dispêndio menor de papel, já que podem ser configuradas para a impressão nos dois lados da folha sem a necessidade de intervenção manual do operador.

4.4. Sistemas Informatizados (PJE E PAD)

No que se refere à adoção de sistemas informatizados, cabe destacar a implantação do Processo Administrativo Digital (PAD), no âmbito da Secretaria do TRE-BA dos Cartórios Eleitorais, mediante Portaria do Presidente n.º 104, de 19 de março de 2015. O PAD instituiu uma nova sistemática de tramitação virtual de documentos e processos administrativos.

Outra medida importante foi a publicação da Resolução TSE n.º 23.417, de 11 de dezembro de 2014, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico (PJE) da Justiça Eleitoral como o sistema informatizado de constituição e tramitação de processos nessa esfera da Justiça. Por meio do referido sistema são realizados o processamento das informações judiciais e o gerenciamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

dos atos processuais. A Resolução Administrativa nº 4, de 22 de maio de 2017, por sua vez, instituiu o PJE no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, regulamentando seu uso e funcionamento.

Os dois sistemas têm impacto relevante, pois proporcionam a redução de custos com impressão, transporte e armazenamento, contribuindo, assim, para a preservação ambiental.

4.5. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

O TRE-BA, historicamente, promove ações de saúde e prevenção de doenças para os servidores e seus dependentes, magistrados, terceirizados e servidores aposentados. Algumas das ações desenvolvidas podem ser exemplificadas: campanha de vacinação contra gripe; ações voltadas para a conscientização sobre a importância da prevenção do câncer de mama e de próstata (campanha outubro rosa e novembro azul); convocação e controle dos servidores elegíveis para realizar os exames periódicos; palestras e campanhas acerca dos seguintes temas: reeducação alimentar; combate ao colesterol alto; saúde bucal; combate ao suicídio; zica e gravidez.

5. METODOLOGIA

A segunda versão do PLS do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia reforça a necessidade de implantar sua metodologia, explicitando as competências, composições, atribuições e forma de atuação do Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável (CG-PLS-TRE/BA), do Núcleo do Plano de Logística Sustentável (PLAS) e dos Grupos Executivos.

Ao CG-PLS-TRE/BA, instituído pela Resolução Administrativa nº 27 de 20/8/2018, compete a análise, seguida de proposta de aprovação do PLS e de suas revisões. Compete ao Presidente submetê-lo à apreciação do Plenário.

Compete ao Núcleo do Plano de Logística Sustentável (PLAS), instituído por meio da Resolução Administrativa nº 12, de 2 de maio de 2018, planejar, elaborar e monitorar o Plano de Logística Sustentável, submetendo-o ao CG-PLS-TRE/BA, além de promover ações que estimulem a reflexão e a adoção de medidas sustentáveis no âmbito do TRE-BA, especificamente no que diz respeito às contratações e à qualidade de vida no ambiente de trabalho. São atribuições atinentes ao Núcleo: a consolidação de dados para elaboração de relatórios semestral e anual; coordenação dos trabalhos para a elaboração/revisão da minuta do PLS, ouvidos os Grupos Executivos e a COPEG; definição de cronograma de trabalho e prazo anual de execução das etapas mínimas que devem ser contempladas no PLS-TRE/BA; encaminhar relatório anual para o Conselho Nacional de Justiça; assistir a Diretora-Geral nas deliberações afetas à temática da sustentabilidade; publicar os resultados obtidos a partir da implantação das ações do Plano, e divulgar boas práticas de sustentabilidade ambiental, nos sítios eletrônicos do Tribunal, ao final de cada semestre.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Aos Grupos Executivos, instituídos pela Portaria do Presidente nº 449 de 23/8/2018, caberá a execução dos projetos de viabilização e implantação do PLS-TRE/BA. São atribuições dos Grupos Executivos, entre outras: elaborar plano de ação de sua competência para consecução dos projetos que lhes incumbirem, acompanhando sua execução; propor ao PLAS ações e metas anuais relacionadas aos indicadores atinentes aos seus projetos, e manter atualizados e disponíveis dados de consumo de suas unidades.

O PLS-TRE/BA contém 82 indicadores baseados no Anexo da Resolução n.º 201/2015, do CNJ, agrupados por tema:

- Papel
- Copos Descartáveis
- Impressões
- Energia
- Água
- Gestão de Resíduos
- Qualidade de Vida no Trabalho
- Capacitação e Sensibilização
- Vigilância
- Limpeza
- Telefonia
- Combustível
- Veículos
- Reformas

Para cada grupo de indicadores ficou definido um Grupo Executivo responsável por elaborar os planos de ação, acompanhar a execução e propor metas ao Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável.

Dessa forma, foram formados os seguintes Grupos Executivos:

TEMA	GRUPOS EXECUTIVOS	UNIDADES INTEGRANTES
Uso eficiente de insumos e materiais (inventário de bens e materiais, papel, copos descartáveis, água mineral, suprimento de informática e outros).	01	COMAP, COGED, COSUP
Construções sustentáveis, eficiência hídrica, eficiência energética, layout e acessibilidade.	02	COMANP, CPAI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Gestão de resíduos (coleta seletiva solidária, resíduos de serviços de saúde, resíduos de obras, resíduos perigosos e outros gerados no Órgão).	03	COSAD, SCR, COMANP, COASA, COSUP
Qualidade de vida no ambiente de trabalho (saúde e meio ambiente, qualidade de vida, inclusão e voluntariado).	04	COEDE, COASA, CPAI
Sensibilização e capacitação sobre práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente.	05	COEDE, ASCOM, EJE
Contratações Sustentáveis (inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações).	06	COGELIC, SEGEA, SEGEP, SEAAC, SEADIN, SEGIN, SETRAN, COMANP
Transporte sustentável (deslocamento de pessoal, bens e materiais).	07	SEAAC, SEADIN, SETRAN
Serviços de impressão, telefonia e tecnologia da informação e comunicação.	08	COSINF, COSAD

Nesta versão do PLS os Grupos Executivos trataram de reavaliar as metas que haviam sido propostas para o ciclo 2019 a 2021, visto que as metas não se mostraram adequadas para o novo cenário trazido pelo cadastramento biométrico e de cortes orçamentários.

Para tanto, o PLAS realizou reuniões com os Grupos Executivos a fim de definir novas metas para o ciclo 2019 a 2021, as quais foram apresentadas ao Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável para aprovação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6. INDICADORES E METAS

Apresentam-se a seguir os indicadores e metas estabelecidos para o ciclo 2018-2021.

6.1 Materiais De Consumo

OBJETIVO - Utilizar de forma eficiente os insumos e materiais

6.1.1 PAPEL

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: CONSUMO DE PAPEL NÃO RECICLADO PRÓPRIO (BRANCO)				
O que mede	Utilização com papel não reciclado			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo mensal com papel não reciclado.			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Quantidade de resmas de papel não reciclado próprio consumida			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (resmas)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	18.313	10.961	13.988	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	9.561	15.427	14.902	
Metas	Reduzir o consumo de papel branco em 30% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência: 2017 (ANE)			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	*	10.431	7.301	5.111

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: CONSUMO DE PAPEL RECICLADO PRÓPRIO				
O que mede	Utilização de papel reciclado			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo mensal de papel reciclado.			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Quantidade de resmas de papel reciclado próprio consumida			
Onde medir	ASIWEB			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Histórico (resma)	2012 (AE) 768	2013 (ANE) 307	2014 (AE) 336
	2015 (ANE) 121	2016 (AE) -	2017 (ANE) -
Observações	Atualmente o TRE-BA não faz aquisição de papel reciclado, tendo em vista ocorrência de problemas técnicos na impressão de documentos.		
Metas	Realizar, em 2019, estudo preliminar acerca da possibilidade de uso de papel reciclado nas impressoras utilizadas no TRE-BA.		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO

INDICADOR: CONSUMO TOTAL DE PAPEL

O que mede	Utilização total de papel reciclado e não reciclado		
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo mensal de papel.		
Quem mede	SEGEA		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Quantidade total de resmas de papel consumida.		
Onde medir	ASIWEB		
Histórico (resmas)	2012 (AE) 19.081	2013 (ANE) 11.268	2014 (AE) 14.324
	2015 (ANE) 9.682	2016 (AE) 15.427	2017 (ANE) 14.902
Observações dos resultados	Atualmente o TRE-BA não faz aquisição de papel reciclado, tendo em vista ocorrência de problemas técnicos na impressão de documentos.		
Metas	Reduzir o consumo de papel branco em 30% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.		
	Ano referência: 2017 (ANE)		
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)
	*	10.431	7.301
			5.111

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO

INDICADOR: GASTO DE PAPEL NÃO RECICLADO PRÓPRIO

O que mede	Despesa com aquisição de resmas de papel não reciclado		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com aquisição de papel não reciclado.		
Quem mede	SEGEA		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Valor (R\$) gasto com a aquisição de resmas de papel não reciclado		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Onde medir	ASIWEB			
Histórico (R\$)	2012 (AE) 83.500,00	2013 (ANE) 65.250,00	2014 (AE) 140.250,00	
	2015 (ANE) 96.400,00	2016 (AE) 200.817,50	2017 (ANE) 187.079,83	
Observações dos resultados	-			
Metas	Reduzir o gasto com de papel branco em 30% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência: 2017 (ANE)			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	*	130.955,88	91.669,12	64.168,38

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO

INDICADOR: GASTO DE PAPEL RECICLADO PRÓPRIO

O que mede	Despesa com aquisição de resmas de papel reciclado			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com aquisição de papel reciclado.			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Valor (R\$) gasto com a aquisição de resmas de papel reciclado			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (R\$)	2012 (AE) 0,00	2013 (ANE) 0,00	2014 (AE) 0,00	
	2015 (ANE) 0,00	2016 (AE) 0,00	2017 (ANE) -	
Observações dos resultados	Não houve aquisição de papel reciclado no período.			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: GASTO TOTAL COM PAPEL				
O que mede	Despesa com aquisição de resmas de papel			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com aquisição de papel.			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Valor (R\$) gasto com a aquisição de resmas de papel			
Onde medir	ASIWEB/SIAFI			
Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	83.500,00	65.250,00	140.250,00	
Histórico (R\$)	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	96.400,00	200.817,50	187.079,83	
Observações dos resultados	Não houve aquisição de papel reciclado no período.			
Metas	Reduzir o consumo de papel branco em 50% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência: 2017 (ANE)			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	*	177.725,84	88.862,92	44.431,46

*O TRE-BA não consome resmas de papel fornecidas por contrato de terceirização, por isso os indicadores relativos a este item não foram listados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.1.2 COPOS DESCARTÁVEIS E ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS PARA ÁGUA DE 200 ML				
O que mede	Utilização de copos descartáveis para água			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com copos descartáveis para água			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de centos de copos descartáveis para água consumidos			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (cento)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	5.765	4.883	6.141	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	4.607	6.154	9.330	
Metas	Reduzir o consumo de copos descartáveis para água em 50% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência: 2017 (AE)			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	*	4.665	2.332	1.166

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: CONSUMO COM COPOS DESCARTÁVEIS PARA CAFÉ				
O que mede	Utilização de copos descartáveis para café			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com copos descartáveis para café			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de centos de copos descartáveis para café consumidos			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (centos)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	3.578	2.752	3.509	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	2.332	3.346	4.144	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Metas	Reduzir o consumo de copos descartáveis para café em 50% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência: 2017 (AE)			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	*	2.072	1.036	518

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: CONSUMO TOTAL COM COPOS DESCARTÁVEIS				
O que mede	Utilização de copos descartáveis			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com copos descartáveis			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de centos de copos descartáveis consumidos			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (cento)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	9.343	7.635	9.650	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	6.939	9.500	13.474	
Metas	Reduzir o consumo total de copos descartáveis em 50% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência: 2017 (AE)			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	*	6.873	3.436	1.718

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: GASTO COM COPOS DESCARTÁVEIS PARA ÁGUA				
O que mede	Despesa com copos descartáveis para água			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com copos descartáveis de 200 ml para água.			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Valor (R\$) gasto com o consumo de copos descartáveis para água			
Onde medir	SIAFI			
Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	7.550,00	12.360,00	12.000,00	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	12.850,00	14.880,00	23.082,10	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Metas	Reduzir a despesa de copos descartáveis para água em 50% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência: 2017 (AE)			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	*	11.541,05	5.770,53	2.885,26

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: GASTO COM COPOS DESCARTÁVEIS PARA CAFÉ				
O que mede	Despesa com copos descartáveis para café			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com copos descartáveis para café			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Valor (R\$) gasto com o consumo de copos descartáveis para café			
Onde medir	SIAFI			
Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	0,00	4.190,00	2.000,00	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	5.600,00	4.600,00	4.587,08	
Metas	Reduzir a despesa com copos descartáveis para café em 50% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência: 2017 (AE)			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	*	2.293,54	1.146,77	573,39

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: GASTO TOTAL COM COPOS DESCARTÁVEIS				
O que mede	Despesa com copos descartáveis			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com copos descartáveis			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Valor (R\$) gasto com o consumo de copos descartáveis			
Onde medir	SIAFI			
Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	7.550,00	16.550,00	14.000,00	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	18.450,00	19.480,00	27.669,18	
Metas	Reduzir a despesa total com copos descartáveis em 50% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	Ano referência: 2017 (AE)			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	*	13.834,59	6.917,30	3.458,65

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: CONSUMO DE ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA				
O que mede	Utilização de água envasada em embalagens plásticas			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com água envasada em embalagens plásticas			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de unidades de embalagens plásticas de água envasada (200 e 500 ml) consumidas			
Onde medir	ASIWEB			
Histórico (unidade)	Embalagem de 200 ml			
	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	244.848	20.256	18.912	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	21.744	40.176	27.312	
	Embalagem de 500 ml			
2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)		
-	-	74.798		
2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)		
-	43.054	-		
Metas	Reduzir o consumo de água envasada em copos de 200 ml em 20% e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Realizar, em 2019, estudos para eliminação da embalagem de água de 500 ml. Ano referência: 2017 (AE).			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
-	21.849	17.479	13.983	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO				
INDICADOR: GASTO COM AQUISIÇÃO DE ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA				
O que mede	Gasto com aquisição de água envasada em embalagens plásticas			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com água envasada em embalagens plásticas			
Quem mede	SEGEA			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Valor (R\$) gasto com embalagens plásticas de água envasada (200 e 500 ml)			
Onde medir	SIAFI			
Histórico (R\$)	Embalagem de 200 ml			
	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	62.050,00	10.500,00	0,00	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	10.320	10.252,50	8.296,80	
	Embalagem de 500 ml			
	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	-	-	46.654,84	
2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)		
-	25.650,00	-		
Metas	Reduzir a despesa de água envasada em copos de 200 ml em 20% e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência: 2017 (AE)			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	6.637,44	5.309,95	4.247,96



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.1.3 IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO			
INDICADOR: QUANTIDADE DE IMPRESSÕES			
O que mede	Quantidade total de impressões realizadas		
Para que medir	Avaliar a evolução da quantidade anual de impressões.		
Quem mede	SEQUIP		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Relatórios de consumo de impressão.		
Onde medir	Sistema de gerência de impressão.		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 175.641	2013 (ANE) 157.894	2014 (AE) 197.475
	2015 (ANE) 1.707.780	2016 (AE) 5.976.275	2017 (ANE) 4.357.059
Observações dos resultados:			
-Antes da implantação do serviço de terceirização de impressão, não havia mensuração da quantidade de documentos impressos;			
- O serviço de terceirização de impressão foi contratado experimentalmente durante o período de maio/2011 até dez./2014.			
- As impressoras matriciais não foram contabilizadas, pois são utilizadas para impressão de títulos eleitorais exclusivamente.			
- Os cadernos de votação de todas as seções do Estado foram impressos pelos Cartórios em 2016.			
- Para compor o indicador foram consideradas apenas as impressoras do contrato do serviço de impressão.			
- Não houve a definição de meta quantitativa para o ano de 2018.			
Metas	Realizar, em 2019, estudos para redução do número de impressões, estabelecendo metas anuais até 2021.		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO			
INDICADOR: QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO			
O que mede	Quantidade de equipamentos de impressão instalados, próprios ou alugados.		
Para que medir	Avaliar a evolução da quantidade de equipamentos de impressão instalados		
Quem mede	SEQUIP		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Quantidade total de equipamentos de impressão instalados		
Onde medir	Registros da STI		
Histórico	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

(unidades)	10	10	10
	2015 (ANE) 273	2016 (AE) 273	2017 (ANE) 273
Observações dos resultados: Foi considerado o quantitativo de impressoras instaladas para o serviço de terceirização de impressão. -Serviço de terceirização de impressão foi contratado experimentalmente durante o período de maio/2011 até dez./2014. - Em 2016 foram contabilizadas 1031 impressoras próprias instaladas, mas que não possuem sistema de bilhetagem.			
Metas	Realizar, em 2019, estudos para redução do número de impressoras, estabelecendo metas anuais até 2021.		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO			
INDICADOR: PERFORMANCE DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS			
O que mede	Quantidade de impressões em relação ao total de equipamentos instalados.		
Para que medir	Avaliar o número de impressões por equipamentos instalados.		
Quem mede	SEQUIP		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Número de impressões por número de equipamentos instalados.		
Onde medir	Sistema de gerência de impressão.		
Histórico (impressão/ equipamento)	2012 (AE) 17.564	2013 (ANE) 15.789	2014 (AE) 19.748
	2015 (ANE) 6.256	2016 (AE) 21.891	2017 (ANE) 15.960
Observações	Para compor o indicador foram consideradas apenas as impressoras do contrato do serviço de impressão. Não houve a definição de meta quantitativa para o ano de 2018.		
Metas	Realizar, em 2019, estudos para redução do número de impressoras, estabelecendo metas anuais até 2021.		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO	
INDICADOR: GASTO COM AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO	
O que mede	Despesa com aquisição de suprimentos de impressão
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com aquisição de suprimentos de impressão
Quem mede	SEGEA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com aquisição de suprimentos de impressão		
Onde medir	ASIWEB		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 338.930,00	2013 (ANE) 274.999,22	2014 (AE) 49.618,80
	2015 (ANE) 150.101,00	2016 (AE) 69.990,20	2017 (ANE) 149.996,81
Metas	Realizar, em 2019, estudos para reduzir despesas com aquisição de suprimentos de impressão, estabelecendo metas anuais até 2021.		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO			
INDICADOR: GASTO COM AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS			
O que mede	Despesa com aquisição de impressoras		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com aquisição de impressoras		
Quem mede	SEQUIP		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com aquisição de impressoras		
Onde medir	SIAFI		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 18.298,00	2013 (ANE) 83.650,00	2014 (AE) 0,00
	2015 (ANE) 0,00	2016 (AE) 0,00	2017 (ANE) 38.850,00
Observações dos resultados	Em 2014 não houve gasto com aquisição de impressoras devido ao contrato de terceirização.		
Metas	Realizar, em 2019, estudos para avaliar a necessidade de aquisição de impressoras.		

TEMA: MATERIAIS DE CONSUMO	
INDICADOR: GASTO COM CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE IMPRESSORAS	
O que mede	Despesa com contratos de terceirização de impressoras
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com contratos de terceirização de impressoras
Quem mede	SEQUIP
Periodicidade	Anual
Como medir	Valor (R\$) gasto com contratos de terceirização de impressoras.
Onde medir	Faturas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Histórico (R\$)	2012 (AE) 26.951,19	2013 (ANE) 26.460,60	2014 (AE) 27.314,26
	2015 (ANE) 415.213,98	2016 (AE) 753.133,80	2017 (ANE) 679.494,22
Observações dos resultados	O serviço de terceirização de impressão foi contrato experimentalmente durante o período de maio/2011 até dez/2014.		
Metas	Realizar, em 2019, estudos para reduzir despesas com contratos de terceirização de impressoras, estabelecendo metas anuais até 2021.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.2. Energia Elétrica

6.2.1 ENERGIA ELÉTRICA INTERIOR

OBJETIVO – Gerir eficientemente a energia elétrica

TEMA: ENERGIA (ZONAS DO INTERIOR)				
INDICADOR: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA				
O que mede	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo mensal com consumo de energia elétrica.			
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Quantidade de kWh consumidos.			
Onde medir	Contratos/SIAFI			
Histórico (KWh)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014 (AE) 593.180	
	2015 (ANE) 506.501	2016 (AE) 642.266	2017 (ANE) 911.795	
Observações	*O setor responsável não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013.			
Metas:	Redução de 5% ao ano do consumo de energia elétrica em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Foi utilizado o ano de 2017 (ANE) como referência para determinação das metas.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	866.205	893.559	822.894

TEMA: ENERGIA (ZONAS DO INTERIOR)				
INDICADOR: CONSUMO RELATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA				
O que mede	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária, em relação à área construída.			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com consumo de energia elétrica em relação à área construída.			
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de kWh consumidos/total de área construída (m ²).			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Onde medir	Fatura/Registros da SEADIN			
Histórico (KWh/m²)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014 (AE) 40,03	
	2015 (ANE) 32,88	2016 (AE) 37,89	2017 (ANE) 53,80	
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013. 2014- (593.180 kwh/14.816,07 m ²); 2015- (506.501 kwh/15.400,52 m ²) 2016-(642.266 kwh/16.948,76 m ²) 2017- (911.795 kwh/16.948,76 m ²)			
Metas	Redução de 5% ao ano do consumo de energia elétrica em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Foi utilizado o ano de 2017 (ANE) como referência para determinação das metas.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	51,11	50,08	48,55

EMA: ENERGIA (ZONAS DO INTERIOR)				
INDICADOR: GASTO DE ENERGIA ELÉTRICA				
O que mede	Gasto total de energia elétrica fornecida pela concessionária			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com consumo de energia elétrica.			
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Valor da fatura (R\$).			
Onde medir	Fatura			
Histórico (R\$)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014 (AE) 250.078,25	
	2015 (ANE) 299.918,49	2016 (AE) 465.450,30	2017 (ANE) 536.865,00	
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013.			
Considerações	As metas relativas ao gasto de energia elétrica serão estabelecidas, a partir de 2018, precipuamente, nos Cartórios Eleitorais que funcionam em sede própria. Em 2018 serão realizadas campanhas de combate ao			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	desperdício de energia elétrica.
Metas	Não definida.

TEMA: ENERGIA (ZONAS DO INTERIOR)			
INDICADOR: GASTO RELATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA			
O que mede	Gasto total de energia elétrica fornecida pela concessionária por área construída.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com consumo de energia elétrica em relação à área total do órgão.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Gasto Total (R\$)/total de área construída (m ²).		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$/m²)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014 (AE) 16,88
	2015 (ANE) 19,47	2016 (AE) 27,46	2017 (ANE) -
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013 2014- (250.078,25/14.816,07 m ²); 2015- (299.918,49/15.400,52m ²) 2016- (465.450,30/16.948,76m ²)		
Considerações	As metas relativas ao gasto de energia elétrica serão estabelecidas, a partir de 2018, precipuamente nos Cartórios Eleitorais que funcionam em sede própria. Em 2018 serão realizadas campanhas de combate ao desperdício de energia elétrica.		
Metas	Não definida.		

6.2.2 ENERGIA ELÉTRICA CAPITAL

TEMA: ENERGIA (SEDE)	
INDICADOR: CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	
O que mede	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo mensal com consumo de energia elétrica.
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC
Periodicidade	Mensal
Como medir	Quantidade de kWh consumidos.
Onde medir	Fatura



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Histórico (kWh)	2012 (AE) 1.928.650,14	2013 (ANE) 1.861.817,20	2014 (AE) 1.995.483,08
	2015 (ANE) 2.226.739,00	2016 (AE) 2.574.153,12	2017 (ANE) 2.714.392
Observações dos resultados	<p>2013 - Demanda Ativa(kW) + Consumo Ativo Na Ponta(kWh) + Consumo Ativo Fora de Ponta(kWh) .</p> <p>2014 - Demanda Ativa(kW) + Consumo Ativo Na Ponta(kWh) + Consumo Ativo Fora de Ponta(kWh).</p> <p>2015 - Demanda Ativa(kW) + Demanda Ativa Ultrapassagem (kW) + Consumo Ativo Na Ponta(kWh) + Consumo Ativo Fora de Ponta(kWh) (a partir de março, a cobrança de energia elétrica passou a englobar, também, o consumo do novo edifício anexo).</p>		
Metas	<p>Redução de 5% ao ano do consumo de energia elétrica em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.</p> <p>Foi utilizado o ano de 2017 (ANE) como referência para determinação das metas.</p>		
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)
	-	2.578.672	2.660.104
			2021(ANE) 2.449.738

ENERGIA (SEDE)			
INDICADOR: CONSUMO RELATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA			
O que mede	Consumo total de energia elétrica fornecida pela concessionária, em relação à área construída.		
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo anual com consumo de energia elétrica em relação à área construída.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Quantidade de kwh consumidos/total de área construída (m ²).		
Onde medir	Fatura/ Registro da SEAAC		
Histórico (kWh /m²)	2012 (AE) 141,77	2013 (ANE) 136,85	2014 (AE) 146,68
	2015 (ANE) 104,56	2016 (AE) 120,87	2017 (ANE) 127,46
Observações dos resultados	<p>2012 (1.928.650,14 kwh/13.604 m²); 2013-(1.861.817,20 kwh/13.604 m²)</p> <p>2014-(1.995.483,08 kwh/13.604 m²); 2015- (2.226.739,00 kwh/21.296m²)</p> <p>2016- (2.574.153,12 kwh/21.296m²); 2017- 1.883.254 kwh/21.296m²</p>		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Metas	Redução de 5% ao ano do consumo de energia elétrica em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Foi utilizado o ano de 2017 (ANE) como referência para determinação das metas.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	121,08	124,91	115,02

TEMA: ENERGIA (SEDE)				
INDICADOR: GASTO COM ENERGIA ELÉTRICA				
O que mede	Gasto total de energia elétrica fornecida pela concessionária			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com consumo de energia elétrica.			
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Valor da fatura (R\$).			
Onde medir	Fatura			
Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	709.937,39	717.453,21	702.421,57	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	1.095.152,47	1.219.275,19	1.986.812,72	
Metas:	Não definida.			

TEMA: ENERGIA (SEDE)				
INDICADOR: GASTO RELATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA				
O que mede	Gasto total de energia elétrica fornecida pela concessionária por área construída.			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com consumo de energia elétrica em relação à área total do órgão.			
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Gasto Total (R\$)/total de área construída (m ²).			
Onde medir	Contratos/SIAFI			
Histórico (R\$/m²)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	52,18	52,73	51,63	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	51,42	57,25	-	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Observações dos resultados	2012 (709.937,39/13.604 m ²); 2013-(717.453,21/13.604 m ²) 2014-(702.421,57/13.604 m ²); 2015- (1.095.152,47/21.296 m ²) 2016- (1.219.275,19/21.296 m ²)
Metas	Não definida.

6.3. Água e Esgoto

OBJETIVO – Gerir eficientemente água e esgoto

6.3.1 ÁGUA E ESGOTO INTERIOR

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (ZONAS DO INTERIOR)				
INDICADOR: CONSUMO DE ÁGUA				
O que mede	Consumo total de água fornecida pela concessionária			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo de água mensal.			
Quem mede	SGS/COSAD			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Quantidade de m ³ de água.			
Onde medir	Fatura			
Histórico (m³)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014(AE) 8.645	
	2015(ANE) 11.456	2016(AE) 10.418	2017 (ANE) 12.337	
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013.			
Metas	Redução de 5% ao ano do consumo de água em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Foi utilizado o ano de 2017 (ANE) como referência para determinação das metas.			
	2018 (AE) -	2019 (ANE) 11.720	2020 (AE) 12.090	2021(ANE) 11.134



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (ZONAS DO INTERIOR)				
INDICADOR: CONSUMO RELATIVO DE ÁGUA				
O que mede	Consumo total de água fornecida pela concessionária			
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo total de água fornecida pela concessionária, em relação à área total do órgão.			
Quem mede	SGS/COSAD			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de m ³ de água/m ² de área.			
Onde medir	Fatura/ Registros da COSAD			
Histórico (m³/m²)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014(AE) 0,64	
	2015(ANE) 0,76	2016(AE) 0,60	2017 (ANE) 0,71	
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013. 2014- (8.645m ³ /13.409,56m ²) 2015- (11.456 m ³ /15.127,74m ²) 2016- (10.418 m ³ /17.453,16 m ²) 2017-12.337 m ³ /17.453,16m ²			
Metas	Redução de 5% ao ano do consumo de água em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021. Foi utilizado o ano de 2017 (ANE) como referência para determinação das metas.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	0,67	0,69	0,63

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (ZONAS DO INTERIOR)				
INDICADOR: GASTO COM ÁGUA				
O que mede	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto total de água fornecida pela concessionária.			
Quem mede	SGS/COSAD			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Valor da fatura de água e esgoto em valores brutos.			
Onde medir	Fatura			
Histórico (R\$)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014(AE) 107.851,31	
	2015(ANE) 150.622,30	2016(AE) 178.303,06	2017 (ANE) -	
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013.			
Metas	Não definida.			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (ZONAS DO INTERIOR)			
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM ÁGUA			
O que mede	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos, em relação à área total do órgão.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto total de água fornecida pela concessionária.		
Quem mede	SGS/COSAD		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor da fatura de água e esgoto (R\$)/ m ² de área.		
Onde medir	-		
Histórico (R\$/m²)	2012 (AE) *	2013 (ANE) *	2014(AE) 8,04
	2015(ANE) 9,96	2016(AE) 10,21	2017 (ANE) -
Observações dos resultados	*O setor não dispõe dos dados dos anos de 2012 e 2013. 2014- (107.851,31/13.409,56m ²) 2015- (150.622,30/15.127,74m ²) 2016- (178.303,06/17.453,16m ²)		
Considerações	As metas relativas ao gasto com água serão estabelecidas, a partir de 2018, precipuamente nos Cartórios Eleitorais que funcionam em sede própria. Em 2018 serão realizadas campanhas de combate ao desperdício de água.		
Metas	Não definida.		

6.3.2 ÁGUA E ESGOTO SEDE

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (SEDE)			
INDICADOR: CONSUMO DE ÁGUA			
O que mede	Consumo total de água fornecida pela concessionária		
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo de água mensal.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Quantidade de m ³ de água.		
Onde medir	Fatura		
Histórico (m³)	2012 (AE) 21.644	2013 (ANE) 25.269	2014(AE) 18.020
	2015(ANE) 17.031	2016(AE) 19.087	2017 (ANE) 19.693
Metas	Redução de 5% ao ano do consumo de água em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	Foi utilizado o ano de 2017 (ANE) como referência para determinação das metas.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	18.708	19.299	17.772

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (SEDE)			
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM ÁGUA			
O que mede	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos, em relação à área total do órgão.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto total de água fornecida pela concessionária.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor da fatura de água e esgoto (R\$)/ m ² de área.		
Onde medir	Fatura/Registro da SEAAC		
Histórico (R\$/m²)	2012 (AE) 36,75	2013 (ANE) 41,36	2014(AE) 32,13
	2015 (ANE) 20,86	2016 (AE) 26,10	2017 (ANE) 29,58
Observações dos resultados	2012-(499.996,40/13.604m ²); 2013- (562.762,53/13.604m ²) ;2014-(437.230,28/13.604m ²) ;2015-(444.339,45/21.296m ²); 2016-(556.026,71/21.296m ²)- 2017 – (629.989,96/21.296m ²)		
Considerações	As metas relativas ao gasto com água serão estabelecidas a partir de 2019.		
Metas	Não definida.		

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (SEDE)	
INDICADOR: CONSUMO RELATIVO DE ÁGUA	
O que mede	Consumo total de água fornecida pela concessionária, em relação à área total do órgão.
Para que medir	Avaliar a evolução do consumo total de água fornecida pela concessionária, em relação à área total do órgão.
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC
Periodicidade	Anual
Como medir	Quantidade de m ³ de água/m ² de área.
Onde medir	Fatura/ Registro da SEAAC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014(AE)	
	1,59	1,85	1,32	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	0,80	0,90	0,92	
Observações dos resultados	2012-(21.644 m ³ /13.604m ²); 2013- (25.269 m ³ /13.604m ²) 2014-(18.020 m ³ /13.604m ²); 2015-(17031 m ³ /21.296m ²) 2016-(19087m ³ /21.296m ²); 2017 -(19.693m ³ /21.296 m ²)			
Metas	Redução de 5% ao ano do consumo de água em ano não eleitoral (ANE) e de 2% em ano eleitoral (AE) até 2021. Foi utilizado o ano de 2017 (ANE) como referência para determinação das metas.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	0,87	0,90	0,82

TEMA: ÁGUA E ESGOTO (SEDE)			
INDICADOR: GASTO COM ÁGUA			
O que mede	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto total de água fornecida pela concessionária.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor da fatura de água e esgoto, em valores brutos.		
Onde medir	Fatura		
Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014(AE)
	499.996,40	562.762,53	437.230,28
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)
	444.339,45	556.026,71	629.989,96
Considerações	As metas relativas ao gasto com água serão estabelecidas a partir de 2019.		
Metas	Não definida.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.4. Gestão de Resíduos

OBJETIVO - Gerir eficientemente Resíduos

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE PAPEL						
O que mede	Quantidade de papel, papelão e derivados destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade de papel destinado à reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) do papel, papelão e derivados que forem destinados a reciclagem					
Onde medir	Na separação dos resíduos.					
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Metas	Realizar a pesagem de papel, papelão e derivados destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA.					

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: Destinação de Plástico						
O que mede	Quantidade de plásticos destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Para que medir	Avaliar a quantidade de plásticos destinado a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) de plásticos que forem destinados a reciclagem.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Metas	Realizar pesagem a pesagem dos plásticos destinados a reciclagem pelo TRE-BA.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE METAIS						
O que mede	Quantidade de metais destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Para que medir	Avaliar a quantidade de metais destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) de metais que forem destinados a reciclagem					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Metas	Realizar pesagem dos metais destinados a reciclagem pelo TRE-BA.					

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE PILHAS E BATERIAS						
O que mede	Quantidade de pilhas e baterias enviadas para a descontaminação e destinação correta nas unidades do TRE/BA					
Para que medir	Avaliar a quantidade de pilhas e baterias enviadas para descontaminação.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Pesagem (kg) das pilhas e baterias que forem enviadas para descontaminação e destinação correta.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	Não houve a contagem de pilhas coletadas.					
Metas	Realizar pesagem de pilhas e baterias enviadas para descontaminação e destinação correta pelo TRE-BA.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE VIDROS						
O que mede	Quantidade de vidros destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Para que medir	Avaliar a quantidade de vidros destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) dos vidros destinados a reciclagem					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Metas	Realizar pesagem de vidros destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA.					

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: Destinação de Resíduos de Obras e Reformas						
O que mede	Quantidade de resíduos de obras enviados para o aterro de resíduos da construção civil nas unidades do TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade de resíduos de obras enviados para o aterro de resíduos da construção civil nas unidades do TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Volume (m ³) dos resíduos gerados em obras que forem destinados ao aterro de resíduos da construção civil.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Metas	Não se aplica ao TRE/BA.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE INFORMÁTICA						
O que mede	Quantidade de resíduos de informática destinados a reciclagem, reaproveitamento ou outra destinação correta no TRE/BA					
Para que medir	Avaliar a quantidade de resíduos de informática destinados a reciclagem, reaproveitamento ou outra destinação correta no TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Pesagem (kg) de resíduos de informática destinados a reciclagem, reaproveitamento ou outra destinação correta.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Metas	Realizar a pesagem dos resíduos de informática destinados a reciclagem, reaproveitamento ou outra destinação correta no TRE/BA.					

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: TOTAL DE MATERIAIS DESTINADOS À RECICLAGEM						
O que mede	Quantidade total de resíduos recicláveis destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade total de resíduos destinados a reciclagem nas unidades do TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) total de resíduos recicláveis que forem destinados a reciclagem.					
Onde medir	Na separação dos resíduos.					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Metas	Realizar pesagem total dos resíduos gerados pelo TRE-BA.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE SAÚDE						
O que mede	Quantidade total de resíduos de serviços de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento no TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade de resíduos de serviços de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento no TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Pesagem (kg) de resíduos de serviços de saúde encaminhados para descontaminação e tratamento no TRE/BA.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Metas:	Viabilizar, até 2019, a pesagem e encaminhamento correto de todos os resíduos relacionados, inclusive aqueles resultantes da atuação da área de saúde, cujos transporte e destinação são regulamentados pela Resolução nº 306 de 7/12/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.					

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: Destinação de Lâmpadas						
O que mede	Quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta pelo TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta pelo TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Mensal					
Como medir	Contagem de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta pelo TRE/BA.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Metas	Realizar contagem de lâmpadas enviadas para descontaminação e destinação correta pelo TRE/BA.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS						
INDICADOR: DESTINAÇÃO DE SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO						
O que mede	Quantidade de suprimentos de impressão destinados a empresas de logística reversa pelo TRE/BA.					
Para que medir	Avaliar a quantidade de suprimentos de impressão destinados a empresas de logística reversa pelo TRE/BA.					
Quem mede	_____					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Contagem de suprimentos de impressão destinados a empresas de logística reversa pelo TRE/BA.					
Onde medir	Na separação dos resíduos					
Histórico (Kg)	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	-	-	-	-	-	-
Observações dos resultados	O TRE/BA ainda não dispõe de meios para efetuar as pesagens desses materiais.					
Metas	Realizar contagem de suprimentos de impressão destinados a empresas de logística reversa pelo TRE/BA .					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.5 Qualidade De Vida no Ambiente de Trabalho

OBJETIVO – Elevar a qualidade de vida no ambiente de trabalho

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO			
INDICADOR: PARTICIPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA			
O que mede	Total de participações de servidores, magistrados e força de trabalho auxiliar em eventos de ações de qualidade de vida no trabalho.		
Para que medir	Avaliar a participação dos servidores nas ações de qualidade de vida nas unidades da Justiça Eleitoral da Bahia.		
Quem mede	SGP		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Relacionar número de participantes.		
Onde medir	No controle de participação dos eventos		
Histórico (participações)	2012 (AE) -	2013 (ANE) -	2014 (AE) -
	2015 (ANE) -	2016 (AE) 367*	2017 (ANE) 338
Observações dos resultados	* Foram contabilizadas 367 participações de servidores em eventos presenciais e 962 visualizações de vídeos educativos sobre temas de saúde produzidos em parceria com a ASCOM. (PAD nº 3080/2017).		
Metas	Aumentar em 25% o número de participações de servidores em ações voltadas para qualidade de vida em ano eleitoral (AE) e 30% em ano não eleitoral (ANE) .		
	Foi utilizado o ano de 2017 como referência para definição das metas.		
	2018 (AE) -	2019 (ANE) 439	2020 (AE) 422



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO				
INDICADOR: QUANTIDADE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA				
O que mede	Total de ações de qualidade de vida no TRE-BA			
Para que medir	Avaliar a realização de ações de qualidade de vida no TRE-BA			
Quem mede	SGP			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Número de eventos realizados.			
Onde medir	Listas de presença			
Histórico (ações)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	-	-	-	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	-	25	10	
Metas	Aumentar em 50% o número de ações voltadas para qualidade de vida em ano eleitoral (AE) e 70% em ano não eleitoral (ANE) .			
	Foi utilizado o ano de 2017 como referência para definição das metas.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	17	15	28

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO						
INDICADOR: PARTICIPAÇÃO RELATIVA EM AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA (PRQV)						
O que mede	Percentual de participações em ações de qualidade de vida no TRE-BA					
Para que medir	Avaliar a participação do TRE-BA em ações de qualidade de vida no TRE-BA					
Quem mede	SGP					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Porcentagem de participação em relação ao número total de servidores/colaboradores por ação					
Onde medir	Listas de presença					
Histórico (%)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)			
	-	-	-			
	2015 (ANE)	2016 (AE)*	2017 (ANE)			
	-	0,75	1,40			
Observações dos resultados	Força de Trabalho	2012	2014	2015	2016	2017
	Força de Trabalho Auxiliar	462	526	407	456	887
	Total de servidores	1325	1258	1316	1286	1310
	Força total de Trabalho	1999	1996	1935	1954	2407



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	<p><i>Força de Trabalho auxiliar= terceirizados</i> <i>Total de servidores=quadro efetivo+ requisitados</i> <i>Força de trabalho total= magistrados+servidores+ força de trabalho auxiliar</i></p> <p>*Participação Relativa em Ações de Qualidade de Vida em 2016 (PRQV)= participações em qualidade de vida / Força Total de Trabalho X número de ações em qualidade de vida X 100 PRQV= 367/1954*25 *100</p>
Metas	Parâmetro não utilizado para definição de meta.

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

INDICADOR: PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES SOLIDÁRIAS

O que mede	Total de participação de servidores, magistrados e força de trabalho auxiliar em ações solidárias promovidas pelo próprio TRE-BA ou em parceria.			
Para que medir	Avaliar a participação de servidores, magistrados e força de trabalho auxiliar em eventos de ações solidárias.			
Quem mede	SGP			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de participações por ano.			
Onde medir	Listas de presença			
Histórico (participações)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	-	-	-	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	-	-	160	
Metas	Aumentar em 25% o número de participações de servidores em ações solidárias em ano eleitoral (AE) e 30% em ano não eleitoral (ANE) .			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	208	135	270



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO				
INDICADOR: QUANTIDADE DE AÇÕES SOLIDÁRIAS				
O que mede	Total de ações solidárias organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria.			
Para que medir	Avaliar a realização de ações solidárias organizadas e realizadas pelo próprio órgão ou em parceria			
Quem mede	SGP			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Número de ações realizadas.			
Onde medir	Listas de presença			
Histórico (ações)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	-	-	-	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	-	-	7	
Metas	Aumentar em 50% o número de ações solidárias em ano eleitoral (AE) e 100 % em ano não eleitoral (ANE) .			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	14	21	28

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO				
INDICADOR: PARTICIPAÇÃO RELATIVA EM AÇÕES SOLIDÁRIAS				
O que mede	Percentual de participações em ações solidárias			
Para que medir	Medir o percentual de participantes por ação			
Quem mede	SGP			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Número de participações em ações solidárias em relação a Força Total de Trabalho e número de ações solidárias realizadas.			
Onde medir	Listas de presença			
Histórico (%)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	-	-	-	
	2015 (ANE)	2016 (AE)*	2017 (ANE)	
	-	-	0,95	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Observações	Força de Trabalho	2012	2014	2015	2016	2017
	Força de Trabalho Auxiliar	462	526	407	456	887
	Total de servidores	1325	1258	1316	1286	1310
	Força total de Trabalho	1999	1996	1935	1954	2407
	<i>Força de Trabalho auxiliar= terceirizados Total de servidores=quadro efetivo+ requisitados Força de trabalho total= magistrados+servidores+ força de trabalho auxiliar</i>					
Metas	Parâmetro não utilizado para definição de meta.					

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO				
INDICADOR: AÇÕES DE INCLUSÃO				
O que mede	Total de ações de inclusão realizadas			
Para que medir	Avaliar a realização de ações de inclusão			
Quem mede	Comissão de Acessibilidade/EJE			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Número de ações realizadas.			
Onde medir	Relação de eventos			
Histórico (ações)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	-	-	-	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	-	-	1	
Metas	Realizar ao menos uma ação de inclusão ao ano.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	1	1	1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.6. Telefonia

OBJETIVO – Racionalizar o gasto com Telefonia

TEMA: TELEFONIA				
INDICADOR: GASTO COM TELEFONIA FIXA				
O que mede	Despesa com serviço de telefonia fixa (inclusive tecnologia VoIP)			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto Mensal com telefonia fixa.			
Quem mede	SGS/SEAAC			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Valor (R\$) gasto com telefonia fixa			
Onde medir	Valor da fatura			
Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	952.678,93	850.396,17	1.068.663,41	
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	836.634,22	705.482,27	389.476,93	
Observações dos resultados	Há uma demanda maior pelo serviço em anos eleitorais. Há uma tendência de queda na demanda, certamente em razão de maior incremento do uso de serviços de mensagens eletrônicas.			
Considerações:	Reduzir a despesa com serviço de telefonia fixa em 30% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021. Ano referência: 2017			
Metas	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020(AE)	2021 (ANE)
	*	272.633,85	190.843,70	133.590,59



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: TELEFONIA			
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM TELEFONIA FIXA			
O que mede	Despesa realizada com serviços de telefonia fixa (inclusive tecnologia VoIP), em relação ao total de linhas.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto Mensal com telefonia fixa.		
Quem mede	SGS/SEAAC		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Gasto em R\$ por linha telefônica		
Onde medir	Valor da Fatura-Registro da SEAAC		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 1.394,84	2013 (ANE) 1.220,08	2014 (AE) 1.515,83
	2015 (ANE) 1.165,23	2016(AE) 966,41	2017 (ANE) 548,55
Observações dos resultados			
Metas	Parâmetro não utilizado para definição das metas.		

TEMA: TELEFONIA			
INDICADOR: TOTAL DE LINHAS DE TELEFONIA FIXA			
O que mede	Quantidade de linhas de telefonia fixa que atendem o Órgão, seus anexos e unidades vinculadas.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com telefonia fixa.		
Quem mede	SGS/SEAAC		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Quantidade de linhas telefônicas existentes		
Onde medir	Registros da SEAAC		
Histórico (unidade)	2012 (AE) 683	2013 (ANE) 697	2014 (AE) 705
	2015 (ANE) 718	2016 (AE) 730	2017 (ANE) 710
Observações dos resultados	A quantidade de linhas aumenta timidamente a cada ano, num avanço médio de 1,68% em relação ao ano anterior.		
Metas	Parâmetro não utilizado para definição das metas.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: TELEFONIA				
INDICADOR: GASTO COM TELEFONIA MÓVEL				
O que mede	Despesa com serviços de telefonia móvel (voz, dados e assinatura).			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com telefonia móvel.			
Quem mede	SGS/SEAAC			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Valor (R\$) gasto com telefonia móvel			
Onde medir	Valor da Fatura			
Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	98.640,62	86.157,03	103.646,54	
Histórico (R\$)	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	94.758,41	128.856,45	173.420,81	
Observações dos resultados				
Metas	Reduzir a despesa com serviço de telefonia móvel em 10% em ano não eleitoral (ANE) e em ano eleitoral (AE) até 2021.			
	Ano referência 2017.			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
	-	156.078,73	140.470,86	126.423,77

TEMA: TELEFONIA				
INDICADOR: TOTAL DE LINHAS DE TELEFONIA MÓVEL				
O que mede	Quantidade de linhas de telefonia móvel (celulares, dados e assinaturas) que atendem o Órgão, seus anexos e unidades vinculadas.			
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com telefonia móvel.			
Quem mede	SGS/SEAAC			
Periodicidade	Mensal			
Como medir	Quantidade de linhas telefônicas existentes			
Onde medir	Registro da SEAAC			
Histórico(unidade)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	20	20	20	
Histórico(unidade)	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)	
	20	20	20	
Observações dos resultados	-			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: TELEFONIA			
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM TELEFONIA MÓVEL			
O que mede	Despesa com serviços de telefonia móvel (voz, dados e assinatura), em relação ao total de linhas móveis.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto mensal com telefonia móvel.		
Quem mede	SGS/SEAAC		
Periodicidade	Mensal		
Como medir	Gasto em R\$ por linha telefônica		
Onde medir	Valor da Fatura-Registro da SEAAC		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 4.932,03	2013 (ANE) 4.307,85	2014 (AE) 5.182,33
	2015 (ANE) 4.737,92	2016 (AE) 6.442,82	2017 (ANE) 8.671,04
Observações dos resultados			
Metas	Parâmetro não utilizado para definição das metas.		

6.7 Vigilância

OBJETIVO – Aprimorar os processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade.

TEMA: VIGILÂNCIA			
INDICADOR: GASTOS COM CONTRATOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO PERÍODO-BASE			
O que mede	Despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços vigilância armada durante o período-base.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com vigilância armada.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEGIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com vigilância armada		
Onde medir	Contratos		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 1.833.093,87	2013 (ANE) 1.995.902,98	2014 (AE) 3.175.369,84
	2015 (ANE) 3.214.860,72	2016 (AE) 3.786.752,00	2017 (ANE) 3.915.075,67
Observações dos resultados	-		
Metas	Realizar estudo, em 2019, para redução dos gastos com serviços de vigilância armada.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: VIGILÂNCIA			
INDICADOR: QUANTIDADE DE POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO PERÍODO-BASE			
O que mede	Quantidade total de postos de vigilância armada ao final do período-base.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com vigilância armada.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEGIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Quantidade de postos de vigilância armada		
Onde medir	Registros da COSAD		
Histórico (unidades)	2012 (AE) 52	2013 (ANE) 52	2014 (AE) 70
	2015 (ANE) 64	2016 (AE) 67	2017 (ANE) 69
Observações dos resultados	Há uma demanda maior pelo serviço em anos eleitorais. Observa-se uma tendência de incremento no número de postos, à razão média de 8% ao ano. O indicador retrata a quantidade de postos existentes ao final de cada ano. Contudo, existe a mobilização temporária de postos, em determinados períodos do calendário eleitoral, que não aparecem na série histórica deste indicador, mas que repercutem no gasto total e no gasto relativo.		
Metas	Realizar estudo, em 2019, para redução dos postos de vigilância armada.		

TEMA: VIGILÂNCIA			
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM CONTRATOS DE VIGILÂNCIA ARMADA			
O que mede	Despesa total com o contrato de vigilância em relação a cada posto de vigilância armada.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto relativo com vigilância armada.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEGIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Despesa total (R\$) por posto armado		
Onde medir	Contratos		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 35.251,81	2013 (ANE) 38.382,75	2014 (AE) 45.362,43
	2015 (ANE) 50.232,20	2016 (AE) 56.518,69	2017 (AE) 56.740,23



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Observações dos resultados	Há uma demanda maior pelo serviço em anos eleitorais. Observa-se uma tendência de incremento no gasto relativo, que vem sempre crescendo, à razão média de 13% ao ano. Existe a mobilização temporária de postos, em determinados períodos do calendário eleitoral, que repercutem no indicador, a maior.
Metas	Realizar estudo, em 2019, para redução dos gastos com serviços de vigilância armada.

TEMA: VIGILÂNCIA			
INDICADOR: GASTO TOTAL COM CONTRATOS DE VIGILÂNCIA NO PERÍODO DE REFERÊNCIA			
O que mede	Totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos dos serviços de vigilância, armada e desarmada, durante o período de referência.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com vigilância		
Quem mede	SGS/COSAD/SEGIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com vigilância		
Onde medir	Contratos		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 1.833.093,87	2013 (ANE) 1.995.902,98	2014 (AE) 3.175.369,84
	2015 (ANE) 3.214.860,72	2016 (AE) 3.786.752,00	2017 (AE) 3.915.075,67
Observações dos resultados			
Metas	Parâmetro não definido.		

TEMA: VIGILÂNCIA	
INDICADOR: Variação dos gastos com contratos de vigilância	
O que mede	Variação dos gastos com contratos de vigilância em relação ao ano anterior.
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com vigilância
Quem mede	SGS/COSAD/SEGIN
Periodicidade	Anual
Como medir	Percentual de variação anual
Onde medir	Registro da SEGIN



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)
	-	9%	59%
Observações dos resultados	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)
	1%	18%	-
Metas	Realizar estudos, a partir 2019, para estabelecer metas relativas à variação dos gastos com contrato de vigilância armada utilizada pelas unidades do TRE-BA, até 2021.		

6.8. Limpeza

OBJETIVO - Aprimorar os processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade.

6.8.1. LIMPEZA INTERIOR

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: GASTOS COM CONTRATOS DE LIMPEZA NO PERÍODO BASE – IMÓVEIS DO INTERIOR			
O que mede	Despesa total com contrato de prestação de serviços de limpeza		
Para que medir	Viabilizar a avaliação da evolução do gasto anual com contrato de prestação de serviços de limpeza.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)
	685.322,40	925.699,68	1.174.658,87
Observações dos resultados	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)
	1.599.763,20	1.977.391,30	1.989.292,68



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Considerações:	
Metas	Realizar estudos, a partir 2019, para estabelecer metas anuais relativas ao aumento do gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza para os Cartórios do interior.

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: ÁREA CONTRATADA – IMÓVEIS DO INTERIOR			
O que mede	Área especificada (m ²) nos instrumentos de contrato de manutenção e limpeza.		
Para que medir	Viabilizar o cálculo da despesa total com o contrato de limpeza em relação à área contratada.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	-		
Onde medir	Registros da SEADIN		
Área (m²)	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)
	-	-	-
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)
	-	8.255,62	18.255,62
Observações dos resultados	A área informada para 2016, segundo apuramos junto à SGS, abrange imóveis próprios e locados. Não obtivemos dados seguros em relação aos exercícios anteriores por força das locações. Quanto aos imóveis próprios, é sabido que após 2012 foram inaugurados Fóruns em Seabra, Brumado, Ribeira do Pombal e de Valença.		
Metas	Realizar estudos, a partir de 2019, para estabelecer metas anuais relativas a despesa total com contrato de prestação de serviços de limpeza em relação à área contratada nos Cartórios Eleitorais próprios do TRE-BA, até 2021.		

TEMA: LIMPEZA	
INDICADOR: VARIAÇÃO DOS GASTOS COM CONTRATOS DE LIMPEZA – IMÓVEIS DO INTERIOR	
O que mede	Variação dos gastos com contratos de limpeza em relação ao ano anterior.
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com contrato de prestação de serviços de limpeza.
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN
Periodicidade	Anual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Como medir	Percentual (%) de aumento do gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza em relação ao ano anterior.		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (%)	2012 (AE) -	2013 (ANE) 35,07	2014 (AE) 26,89
	2015 (ANE) 36,18	2016 (AE) 19,09	2017 (ANE) 0,60
Metas	Realizar estudos, a partir 2019, para estabelecer metas anuais relativas ao aumento do gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza em relação ao ano anterior nos Cartórios Eleitorais próprios do TRE-BA, até 2021.		

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: GASTO COM MATERIAL DE LIMPEZA – IMÓVEIS DO INTERIOR			
O que mede	Despesa total com aquisição de materiais de limpeza		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com materiais de limpeza.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEADIN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com a aquisição de material de limpeza		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 84.000,00	2013 (ANE) 100.800,00	2014 (AE) 153.440,00
	2015 (ANE) 112.200,00	2016 (AE) 129.094,56	2017 (ANE) 137.130,84
Metas	Realizar estudos, a partir 2019, para estabelecer metas anuais relativas ao aumento do gasto com material de limpeza para os Cartórios do interior.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.8.2. LIMPEZA CAPITAL

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: GASTOS COM CONTRATOS DE LIMPEZA NO PERÍODO BASE – IMÓVEIS DA CAPITAL			
O que mede	Despesa total com contrato de prestação de serviços de limpeza		
Para que medir	Viabilizar a avaliação da evolução do gasto anual com contrato de prestação de serviços de limpeza.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 807.836,28	2013 (ANE) 985.862,88	2014 (AE) 1.052.500,92
	2015 (ANE) 1.417.126,56	2016 (AE) 1.683.114,19	2017 (ANE) 1.777.289,76
Considerações			
Metas	Realizar estudos, a partir 2019, para estabelecer metas anuais relativas ao aumento do gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza para unidades da Capital.		

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: VARIAÇÃO DOS GASTOS COM CONTRATOS DE LIMPEZA – IMÓVEIS DA CAPITAL			
O que mede	Variação dos gastos com contratos de limpeza em relação ao ano anterior.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com contrato de prestação de serviços de limpeza.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Percentual (%) de aumento do gasto com contrato de prestação de serviços de limpeza em relação ao ano anterior.		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (%)	2012 -	2013 22,03	2014 6,75
	2015 34,64	2016 18,76	2017 5,30
Metas	Realizar, em 2019, estudo atualizado de produtividade para aferição dos postos de trabalho no Tribunal.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: ÁREA CONTRATADA – IMÓVEIS DA CAPITAL			
O que mede	Área especificada nos instrumentos de contrato de manutenção e limpeza.		
Para que medir	Viabilizar o cálculo da despesa total com o contrato de limpeza em relação à área contratada.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	-		
Onde medir	Contratos		
Área (m²)	2012 (AE) 30.936	2013 (ANE) 30.936	2014 (AE) 30.936
	2015 (ANE) 38.628	2016 (AE) 38.628	2017 (ANE) 24.820
Observações dos resultados	Em março de 2015 houve o incremento da área contratada, com a inclusão, no ajuste de limpeza, do novo edifício Anexo à Sede do TRE-BA, com área total contratada de 7.692m ² .		
Metas	Realizar, em 2019, estudo atualizado de produtividade para aferição dos postos de trabalho para o TRE/BA.		

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: GASTO RELATIVO COM CONTRATOS DE LIMPEZA – IMÓVEIS DA CAPITAL			
O que mede	Despesa total com contrato de prestação de serviços de limpeza em relação à área contratada.		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com contrato de prestação de serviços de limpeza.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Relação entre o valor do contrato de limpeza e a área contratada		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$/M²)	2012 (AE) 26,58	2013 (ANE) 31,87	2014 (AE) 34,02
	2015 (ANE) 36,69	2016 (AE) 43,57	2017 (ANE) 71,60
Metas	Realizar, em 2019, estudo atualizado de produtividade para aferição dos postos de trabalho para o TRE/BA.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: LIMPEZA			
INDICADOR: GASTO COM MATERIAL DE LIMPEZA – IMÓVEIS DA CAPITAL			
O que mede	Despesa total com aquisição de materiais de limpeza		
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com materiais de limpeza.		
Quem mede	SGS/COSAD/SEAAC		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com a aquisição de material de limpeza		
Onde medir	Contratos/SIAFI		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 34.140,00	2013 (ANE) 44.160,00	2014 (AE) 51.180,00
	2015 (ANE) 71.720,00	2016 (AE) 110.227,80	2017 (ANE) 111.436,08
Metas	Realizar estudos, a partir 2019, para estabelecer metas anuais relativas ao aumento do gasto com material de limpeza para as unidades da Capital.		

6.9. Veículos

OBJETIVO – Gerir eficientemente o transporte.

TEMA: DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS - VEÍCULOS			
INDICADOR: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE SERVIDORES, TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS E DEMAIS ATIVIDADES			
O que mede	Quantidade de veículos utilizados no transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais /total de servidores.		
Para que medir	Avaliar a quantidade média de veículos por servidor na Justiça Eleitoral da Bahia.		
Quem mede	SETRAN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Veículo/ total de servidores		
Onde medir	Registros da SETRAN		
	2012 (AE) 0,017	2013 (ANE) -	2014 (AE) 0,026
	2015 (ANE) 0,028	2016 (AE) 0,026	2017 (ANE) 0,018
Observações dos resultados	<i>Total de servidores=quadro efetivo+ requisitados</i> Quantidade de veículos de serviço: 2012- 25 ; 2014- 33; 2015- 37; 2016- 33; 2017-24		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	2012 – Total de servidores = 1325 (863 servidores, 462 requisitados) 2014 – Total de servidores = 1258 (855 servidores, 403 requisitados) 2015 – Total de servidores = 1316 (859 servidores, 448 requisitados) 2016 – Total de servidores = 1286 (859 servidores, 427 requisitados). 2017 – Total de servidores = 1310 (836 servidores, 474 requisitados).
Metas	Realizar estudos, a partir 2019, para avaliar a quantidade média de veículos por servidor na Justiça Eleitoral da Bahia em ano Eleitoral e ano não Eleitoral.

TEMA: DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS - VEÍCULOS			
INDICADOR: VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE MAGISTRADOS.			
O que mede	A quantidade de veículos utilizados no transporte de magistrados dividido pelo total de magistrados.		
Para que medir	Avaliar a quantidade média de veículos por magistrados na Justiça Eleitoral da Bahia.		
Quem mede	SETRAN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Veículo/ total de magistrados.		
Onde medir	No controle de frota da SETRAN e no SGRH.		
Histórico	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)
	0,43	-	0,43
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)
	0,57	0,43	0,22
Observações dos resultados	Considerados somente os magistrados do TRE/BA (membros e juízes eleitorais das Zonas da capital). 2012- 3 veículos/ 27 magistrados. 2014- 3 veículos/27 magistrados. 2015- 4 veículos/27 magistrados. 2016- 3 veículos/27 magistrados. 2017- 6 veículos/27 magistrados.		
Meta	Realizar estudos, a partir 2019, para avaliar a quantidade mínima de veículos por magistrados na Justiça Eleitoral da Bahia em ano Eleitoral e ano não Eleitoral.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS - VEÍCULOS			
INDICADOR: GASTO COM MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA (PEÇAS E SERVIÇOS).			
O que mede	O valor (R\$) total as faturas dos contratos de manutenção dos veículos da frota da Justiça Eleitoral da Bahia, dividido pela quantidade de veículos.		
Para que medir	Avaliar o valor médio (R\$) dos gastos com a manutenção de veículos na Justiça Eleitoral da Bahia.		
Quem mede	SETRAN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Valor (R\$) gasto com a manutenção dos veículos da frota/ quantidade total de veículos.		
Onde medir	Registros da SETRAN		
Histórico (R\$)	2012 (AE) 8.190,50	2013 (ANE) 6.525,18	2014 (AE) 5.040,95
	2015 (ANE) 3.626,87	2016 (AE) 8.083,13	2017 (ANE) 12.575,44
Observações dos resultados	2012- 204.762,46/ 25 veículos 2013- 202.280,54/ 31 veículos 2014- 181.474,02/ 36 veículos 2015- 148.701,50/ 41 veículos 2016- 290.992,58/ 36 veículo 2017- 377.263,26/30 veículos		
Metas	Realizar estudos, a partir 2019, com a finalidade de estabelecer metas anuais dos gastos com a manutenção de veículos na Justiça Eleitoral da Bahia, até 2021.		

6.10. Combustível

OBJETIVO – Utilizar de forma eficiente os insumos e materiais.

TEMA: DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS - COMBUSTÍVEL			
INDICADOR: CONSUMO DE DIESEL			
O que mede	Quantidade consumida de litros de diesel por veículo.		
Para que medir	Avaliar quantidade consumida de litros de diesel por veículo.		
Quem mede	SETRAN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Quantidade de diesel em litros/veículo.		
Onde medir	Registros da SETRAN		
Histórico (litros/veículo)	2012 (AE) 3.499	2013 (ANE) 2.721	2014 (AE) 2.595
	2015 (ANE)	2016 (AE)	2017 (ANE)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	2.212	4.149	3.251
Observações dos resultados	2012- 38.486,03 L/ 11 veículos 2013- 40.819,01 L/ 15 veículos 2014- 54.495,01L/ 21 veículos 2015- 46.452,14L / 21veículos 2016- 62.242,99 L/15 veículos 2017-48.765,45L/15 veículos		
Metas	Realizar estudos, a partir 2019, com a finalidade de estabelecer metas anuais da quantidade de diesel em litros por veículo na Justiça Eleitoral da Bahia, até 2021.		

TEMA: DESLOCAMENTO DE PESSOAL, BENS E MATERIAIS - COMBUSTÍVEL			
INDICADOR: CONSUMO DE GASOLINA			
O que mede	Quantidade consumida de litros de gasolina por veículo.		
Para que medir	Avaliar quantidade consumida de litros de gasolina por veículo.		
Quem mede	SETRAN		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Quantidade de gasolina em litros/veículo.		
Onde medir	Registros da SETRAN		
Histórico (litros/veículo)	2012 (AE) 2596	2013 (ANE) 1215	2014 (AE) 1427
	2015 (ANE) 795	2016 (AE) 1869	2017 (ANE) 2.467
Observações dos resultados	2012- 44.130,07 L/ 17 veículos 2013- 25.527,35 L/ 21 veículos 2014- 28.536,97L/ 20 veículos 2015- 16.690,081L / 21veículos 2016- 28.034,58 L/15 veículos 2017-36.999L/15 veículos		
Metas	Realizar estudos, a partir 2019, com a finalidade de estabelecer metas anuais da quantidade de gasolina em litros por veículo na Justiça Eleitoral da Bahia, até 2021.		

*Os veículos do TRE-BA não são abastecidos pelos combustíveis: etanol, gás natural, álcool; por isso os indicadores relativos a este item não foram listados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.11. Reforma

OBJETIVO – Aprimorar os processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade.

TEMA: REFORMA		
INDICADOR: GASTO COM REFORMAS NAS UNIDADES NO PERÍODO BASE		
O que mede	Despesa total com reformas nos imóveis utilizados pelas unidades do TRE-BA.	
Para que medir	Avaliar a evolução do gasto anual com reformas nos imóveis utilizados pelas unidades do TRE-BA.	
Quem mede	SGS/SEPROB	
Periodicidade	Anual	
Como medir	Valor (R\$) gasto com reformas nas unidades	
Onde medir	Contratos/SIAFI	
Histórico (R\$)	2012	2013
	119.699,41	-
	2014	2015
	-	439.574,18
	2016	2017
	-	-
Meta	Realizar estudos, a partir 2019, para estabelecer metas relativas à evolução do gasto anual com reformas nos imóveis utilizados pelas unidades do TRE-BA, até 2021.	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6.12 Capacitação Socioambiental

OBJETIVO – Consolidar, organizar e aprimorar boas práticas de sustentabilidade.

TEMA: CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL						
INDICADOR: PARTICIPAÇÃO RELATIVA EM CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL						
O que mede	O percentual de participação de servidores, magistrados e força de trabalho auxiliar (terceirizados) em ações de capacitação e sensibilização socioambiental.					
Para que medir	Avaliar o número de servidores que participaram em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental.					
Quem mede	Núcleo Socioambiental					
Periodicidade	Anual					
Como medir	Número de participações em capacitação socioambiental/Número de ações / Força de Trabalho Total) X 100					
Onde medir	Sistema SGRH					
Histórico (%)	2012 (AE)	2013 (ANE)		2014 (AE)		
	2,1	-		1,32		
Observações dos resultados	2015 (ANE)	2016 (AE)		2017 (ANE)		
	-	0,051		-		
Observações dos resultados	Força de Trabalho	2012	2014	2015	2016	2017
	Força de Trabalho Auxiliar	462	526	407	456	887
	Total de servidores	1325	1258	1316	1286	1310
	Força total de Trabalho	1999	1996	1935	1954	2407
	<i>Força de Trabalho auxiliar= terceirizados Total de servidores=quadro efetivo+ requisitados Força de trabalho total= magistrados+servidores+ força de trabalho auxiliar</i>					
Metas:	Realizar estudos, em 2019, para ampliação da participação da força de trabalho em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental.					



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL				
INDICADOR: AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO				
O que mede	A quantidade de ações de sensibilização e capacitação para os servidores e força de trabalho auxiliar (terceirizados) em educação socioambiental.			
Para que medir	Avaliar a existência de ações sistemáticas de sensibilização e capacitação em educação socioambiental.			
Quem mede	COEDE			
Periodicidade	Anual			
Como medir	Quantidade de ações de sensibilização e capacitação em educação socioambiental realizadas no ano.			
Onde medir	Sistema SGRH			
Histórico	2012 (AE)	2013 (ANE)	2014 (AE)	
	04	01	01	
2015 (ANE)	2016 (AE)		2017 (ANE)	
	-	01	3	
Metas	Realizar ao menos duas ações de capacitação e sensibilização em ano eleitoral (AE).			
	Realizar ao menos três ações de capacitação e sensibilização em ano não eleitoral (ANE).			
	2018 (AE)	2019 (ANE)	2020 (AE)	2021(ANE)
2	3	2	3	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

TEMA: CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL			
INDICADOR: PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO			
O que mede	Participação de servidores, magistrados e força de trabalho auxiliar (terceirizados) em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental.		
Para que medir	Avaliar o número de servidores que participaram em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental.		
Quem mede	COEDE		
Periodicidade	Anual		
Como medir	Número de servidores que participaram em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental realizadas no ano.		
Onde medir	Sistema SGRH		
Histórico	2012 (AE) 167	2013 (ANE) 01	2014 (AE) 265
	2015 (ANE) -	2016 (AE) 01	2017 (ANE) 35
Metas	Realizar estudos para ampliação da participação da força de trabalho em eventos de ações de capacitação e sensibilização socioambiental.		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7. PLANOS DE AÇÃO

7.1 Materiais de Consumo

GRUPO EXECUTIVO N°01 - uso eficiente de insumos e materiais (inventário de bens e materiais, papel, copos descartáveis, água mineral, suprimento de informática e outros)

TEMA: MATERIAL DE CONSUMO-PAPEL			
Ação	Local	Responsável	Início
Utilizar o Processo Judicial Eletrônico- PJE	TRE/Sede e Zonas Eleitorais	SJU	2018
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
Implantar o PJE no TRE/Sede, Zonas Eleitorais	Em andamento.	.	
TEMA: MATERIAL DE CONSUMO-IMPRESSAO			
Ação	Local	Responsável	Início
Contratar serviços de recarga de toner	TRE/Sede	SGA/STI	2019
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
Realizar estudos de viabilidade para utilizar toner recarregável.	Até dezembro/2019	Equipe de Planejamento da Contratação	
Ação	Local	Responsável	Início
Implementar a utilização da Eco font no TRE/BA (PAD n° 178/2017, Ordem de Serviço n° 07/2016).	TRE/Sede e Zonas Eleitorais	PLAS/DG/ ASCOM.	2018
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Divulgar a utilização da Ecofonte por meio de campanhas de conscientização.	Ação contínua		
TEMA: MATERIAL DE CONSUMO-COPOS DESCARTÁVEIS			
Ação	Local	Responsável	Início
Reduzir gradativamente o uso de copos descartáveis de 200ml	TRE	PLAS/DG/ ASCOM	2018
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
- Limitar a quantidade de pedidos de copos descartáveis de 200ml para as diversas unidades, por meio de Ordem de Serviço; -Campanha de Conscientização “Adote um Copo”; -Identificar bebedouros com o texto: “Não esqueça o seu copo”.	até dezembro/2019	Orçamento para confecção de materiais gráficos	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.2 Energia Elétrica

GRUPO EXECUTIVO Nº 02 – construções sustentáveis, eficiência hídrica, eficiência energética, layout e acessibilidade

Tema: ENERGIA ELÉTRICA			
Ação	Local	Responsável	Início
Utilizar insumos respeitando os critérios de sustentabilidade.	TRE/sede	SGS	2017
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
Inclusão, nos Projetos Básicos, de especificações de insumos respeitando os critérios de sustentabilidade.	Ação continuada		
Ação	Local	Responsável	Início
Substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED e/ou outras com maior eficiência energética.	Edifício-sede do TRE, prédio anexo, anexo dos cartórios da capital, CAT e Fóruns Eleitorais do Interior.	SGS	2017
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
A substituição será feita de forma gradativa à medida que surgir a necessidade da troca das lâmpadas fluorescentes e quando houver reformas e construções de novos Fóruns.	Ação continuada		2019
Ação	Local	Responsável	Início
Realizar campanha de uso racional de energia elétrica	TRE	PLAS/SGS	2018
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
Confeccionar cartazes eletrônicos com informação educativa e sugestão de medidas para economizar energia.	Ação continuada	Servidoras do PLAS	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.3 Água e Esgoto

GRUPO EXECUTIVO Nº 02 – construções sustentáveis, eficiência hídrica, eficiência energética, layout e acessibilidade

TEMA: ÁGUA E ESGOTO

Ação	Local	Responsável	Início
Implementar ações de sensibilização para o consumo consciente de água.	TRE/Sede e Zonas Eleitorais.	SGS/ASCOM/PLAS/DG	2018
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
- Confeccionar cartazes eletrônicos com informação educativa sobre o consumo de água; - Divulgar dados de consumo das unidades (Sede e Zonas Eleitorais); - Realizar palestra sobre o tema água para servidores e terceirizados;	Ação continuada	-	
Ação	Local	Responsável	Início
Adesão ao Programa Água Pura da Universidade Federal da Bahia	TRE/Sede e Zonas Eleitorais.	SGS	2019
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
1) levantamento do sistema hidráulico predial; 2) monitoramento e análise do consumo de água das unidades; 3) detecção e correção de vazamentos visíveis e não visíveis; 4) levantamento dos hábitos dos usuários; 5) utilização de tecnologias de processo e produto para	Ação continuada		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

racionalização do consumo.			
Ação	Local	Responsável	Início
Substituir gradativamente as torneiras convencionais por torneiras automáticas de pressão, bem como dos vasos sanitários existentes (que possuem descargas com acionamento único), por vasos sanitários com descarga com duplo acionamento.	Edifício-sede do TRE-BA, prédio anexo, anexo dos cartórios da capital, Centro de Apoio Técnico – CAT e fóruns eleitorais do interior.	SEMAC, SEMAI e SEPROB	2018
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
Trocar torneiras convencionais por torneiras automáticas de pressão à medida que houver a necessidade de reparo; Trocar vasos sanitários com descarga de acionamento único por vasos sanitários com descarga com duplo acionamento, quando houver reforma na unidade.	Ação continuada		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.4 Resíduo

GRUPO EXECUTIVO N°03 – gestão de resíduos (coleta seletiva solidária, resíduos de saúde, resíduos de obras, resíduos perigosos e outros gerados no órgão).

TEMA: GESTÃO DE RESÍDUOS			
Ação	Local	Responsável	Início
Destinar corretamente os resíduos de saúde	TRE/BA (sede)	SGP	2018
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
Realizar parcerias com unidades de saúde públicas ou contratar empresa de coleta especializada.	Até dezembro de 2019	Orçamento para contratação de empresa especializada	
Ação	Local	Responsável	Início
Regulamentar a logística reversa de cartucho de tonner e fitas de impressão;	TRE/BA (sede e Zonas Eleitorais)	SGA/STI	2018
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
- Fazer Levantamento dos tipos de cartuchos e tonners adquiridos pelo Tribunal; - Verificar a existência de logística reversa nas aquisições de cartucho/tonners do Tribunal; - Enviar para o Programa Recicle Já Bahia os cartuchos que não forem devolvidos pela logística reversa; - Orientar as Zonas Eleitorais quanto à destinação correta do cartucho/tonner;	Até dezembro de 2019		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ação	Local	Responsável	Início
Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos com base na parceria existente com o Programa Recicle Já Bahia.	TRE/BA (Sede)	SGA/SGS	2018
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
-Incluir a coleta de resíduos eletrônicos, pilhas e óleo de cozinha; -Divulgação da coleta seletiva do lixo na Secretaria e cartórios da capital, por meio de cartazes informativos sobre a coleta seletiva para ser impresso e afixado em todas as unidades e próximo às lixeiras; - Implantar logística para controle da pesagem do material no momento da coleta pelo Recicle já; - Retirar excesso de lixeiras nas unidades. - Elaborar cartilha com informações acerca da separação correta dos resíduos para reciclagem.	Ação continuada		
Ação	Local	Responsável	Início
Implantar Coleta Seletiva no CAT	CAT	SGA/SGS	2018
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
-Separar os resíduos de acordo com a natureza do material; -Disponibilizar 3 contêineres, sendo: 1 para resíduos de madeira; 1 para resíduos orgânicos e 1 para resíduos de papel;	Ação continuada	Orçamento para aquisição de contêineres.	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

<p>-Orientar terceirizados e requisitados quanto aos procedimentos necessários para a coleta; -Entrar em contato com o Programa Recicle Já solicitando a coleta; -Informar ao PLAS a natureza do material doado, sempre que ocorrer processo de doação; -Definir o destino do material acondicionado em um pallet, contendo cola colorida, bobina com brasão da Justiça Eleitoral (impressão de BU), entre outros materiais de expediente; -As lâmpadas fluorescentes e pilhas , quando destinadas ao descarte, deverão ser encaminhadas para o edifício-sede do TRE-BA, para serem armazenadas e posteriormente recolhidas pelo Programa Recicle Já-Bahia.; -Realizar pesquisa junto a outros TRE's , especialmente o TRE-PE, quanto ao descarte das urnas de lona.</p>			
Ação	Local	Responsável	Início
Inclusão, nas contratações de serviço de limpeza, de obrigações e responsabilidades específicas quanto à destinação dos resíduos gerados pelo Tribunal.	TRE/sede	SGA	2018
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

-Inserção, nos Termos de Referência com vistas às contratações de serviços de limpeza, de obrigações referentes ao descarte de resíduos e atenção à logística reversa, inclusive prevendo mecanismos de fiscalização pela Administração.	Ação Continuada	
--	-----------------	--

7.5 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

GRUPO EXECUTIVO N°04 – Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho (saúde e meio ambiente, inclusão voluntariado).

TEMA: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO			
Ação	Local	Responsável	Início
Implementar o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.	TRE/BA	SGP/ SGS	2017
Etapas	Conclusão	Recursos	
- Promoção de Saúde e Prevenção de Doenças (Prevenção às LER/Dort; Ginástica Laboral; Nutrir; Preparação para a Aposentadoria; Gerenciamento de Estresse; Acompanhamento de Doenças Crônicas; Campanhas de Saúde; Valorização da Saúde do Tabagista (PROVAST); TRE FITNESS; Prevenção ao Assédio	Ação contínua	Para as ações que demandem orçamento será feita contratação de empresa/profissional autônomo ou cooperação técnica com órgãos federais que atuam na área de saúde.	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Moral; Grupos Temáticos (Mês da Criança, Outubro Rosa, etc.); Saúde Legal (terceirizados); Feira Saudável; Campanha de Vacinação; Revista Comunicar; Sala de Convivência e Coral).

- **Desenvolvimento, capacitação, valorização e reconhecimento do servidor** (Estabelecer procedimentos e regras transparentes para o Programa de Recompensas; executar práticas de reconhecimento por desempenho alinhadas com as metas organizacionais das unidades; ampliar programa de valorização dos servidores; incrementar e divulgar a rede de convênios e parcerias para descontos e benefícios; promover ações de valorização, integração e agradecimento aos servidores e aposentados; promover a ambientação dos novos servidores e realizar a gestão por competências (SGS e STI – 2018).

- **Condições ergonômicas no ambiente de trabalho** (Contratação de Empresa de Arquitetura/Engenharia para realizar os estudos ergonômicos nas Instalações Físicas da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Justiça Eleitoral na Bahia.)		
------------------------------	--	--

Ação	Local	Responsável	Início
Estudar a viabilidade para criação de ações de inclusão destinadas aos servidores com deficiência.	TRE/Sede e Zonas Eleitorais.	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.	2019
Etapas	Conclusão	Recursos	
-Identificação dos servidores com deficiência; -Identificar as necessidades dos servidores com deficiência por meio de pesquisa organizacional; -Elaborar relatório com sugestões para aprimorar a acessibilidade dos servidores com deficiência.	Ação continuada	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.	
Ação	Local	Responsável	Início
Projeto Melhoracessibilidade	TRE/BA	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão	2017
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	
-Realização de atividades para firmar convênios/parcerias com outros órgãos públicos e com entidades ligadas a pessoas com deficiência;	2021	-	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- Distribuição de formulários aos mesários, visando atualização de cadastro de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Realização das adaptações para acessibilidade nos cartórios eleitorais que funcionam em prédios próprios e alugados pelo TRE-BA;
- Sugestões de adaptações de acessibilidade nos prédios onde funcionarão os locais de votação;
- Realização de campanha de incentivo às pessoas que tenham formação em linguagem libras para se cadastrarem como mesários voluntários;
- Ampliação da campanha relacionada aos padrões de acessibilidade nos sítios eletrônicos;
- Recomendação aos cartórios eleitorais quanto à adoção de medidas para atualização, no ELO, durante o processo de Biometria, das informações pertinentes às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Realização das adaptações em prédios requisitados à Administração Pública e às entidades privadas de todo o Estado, onde funcionarão as seções eleitorais;
- Orientações aos mesários quanto ao preenchimento de formulários de atualização do cadastro das pessoas com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

deficiência ou mobilidade reduzida.		
-------------------------------------	--	--

7.6 Telefonia

GRUPO EXECUTIVO Nº08 – serviços de impressão, telefonia e tecnologia da informação e comunicação.

TEMA: TELEFONIA			
Ação	Local	Responsável	Início
Estimular a utilização do uso da tecnologia VoIP.	Todas as unidades	SGS/STI/ASCOM/PLAS	2019
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
- Fazer levantamento das unidades que não utilizam a tecnologia VOIP; - Resolução dos problemas encontrados nas unidades que não utilizam a tecnologia VOIP; - Realizar campanha para estímulo do uso da tecnologia em substituição à telefonia convencional.	2019	Boletins da ASCOM; intranet	
Ação	Local	Responsável	Início
Regulamentar o uso da telefonia convencional.	Todas as unidades	Direção Geral/SGS/PLAS	2019
Etapas	Conclusão	Recursos	
Regulamentar o uso de telefonia fixa e móvel, de modo a limitar ligações para celulares e interurbanos, fazendo-se distinção entre períodos eleitorais e não eleitorais.	2019	Portaria e/ou Ordem de Serviço para regulamentação do uso.	
Ação	Local	Responsável	Início
Acompanhar os contratos de telefonia	Sede	COSAD, SEAAC e SEADIN	2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Etapas	Conclusão	Recursos	
Acompanhar cumprimento das condições pactuadas nos contratos de telefonia, mensalmente, mediante conferência das faturas, procedimento que precede o pagamento.	Ação continuada	Faturas de serviços; contrato de prestação de serviços	
Ação	Local	Responsável	Início
Divulgar os dados de consumo ao corpo funcional	Todas as unidades	SGS/PLAS/ASCOM	2019
Etapas	Conclusão	Recursos	
Apresentar periodicamente dados de consumo para gestão continuada do gasto; informar o gasto por unidade.	Ação continuada	Intranet; boletins informativos	
Ação	Local	Responsável	Início
Priorizar comunicação por mensagem eletrônica.	Todas as unidades	Direção-Geral/ Secretarias/ Cartórios.	2018
Etapas	Conclusão	Recursos	
-Tratar prioritariamente demandas recebidas pelos canais eletrônicos (e-mail, OTRS, ASIWEB, dentre outros); -Viabilizar o uso de solução de mensagens corporativas; -Estabelecer canal de comunicação eletrônico permanente.	Ação continuada	OTRS, e-mail, ASIWEB, intranet, serviço de mensagens instantâneas corporativas, fóruns, etc.	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.7 Vigilância

GRUPO EXECUTIVO Nº06 - Contratações Sustentáveis (inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações)

TEMA: VIGILÂNCIA			
Ação	Local	Responsável	Início
Implantar a vigilância eletrônica	Sede e cartórios com sede própria, locada ou cedida	DG-PLAS/SGS/SGA	2019
Etapas	Conclusão	Recursos	
Elaborar projeto de vigilância eletrônica para a Sede e para os cartórios que funcionem em imóveis próprios, locados, ou cedidos; contratar serviço de telemonitoramento.	2021	Além do gestor do contrato, demais unidades envolvidas nas contratações, e as unidades solicitantes.	
Ação	Local	Responsável	Início
Revisar contratos	Sede	SGS/SGA	2019
Etapas	Conclusão	Recursos	
-Revisar as especificações técnicas e escopo dos contratos de terceirização - vigilância armada; -Revisar encargos, benefícios e impostos da planilha de formação de custos; verificar eventual repactuação dos instrumentos contratuais vigentes.	Ação continuada	Planilhas de custos, contratos de terceirização.	
Ação	Local	Responsável	Início
Divulgar dados de consumo ao corpo funcional	Todas as unidades	SGS/SGA/PLAS/ASCOM	2019
Etapas	Conclusão	Recursos	
Apresentar periodicamente dados de consumo para gestão continuada do gasto; informar o gasto por unidade.	Ação continuada	Intranet; boletins informativos.	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.8 Limpeza

GRUPO EXECUTIVO Nº06 - Contratações Sustentáveis (inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações)

TEMA: LIMPEZA			
Ação	Local	Responsável	Início
Revisar os procedimentos de Limpeza.	TRE/sede	SGS/SGA/PLAS	2019
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
-Revisão de hábitos já consolidados como aumento de prazo entre a limpeza diária do edifício e regas das plantas; -Rever rotinas de trabalho quanto à limpeza das instalações de modo a otimizar os serviços realizados.	Ação continuada		
Ação	Local	Responsável	Início
Identificar produtos de limpeza com menor impacto ambiental	TRE/sede	SGS	2019
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
- Identificar produtos de limpeza com menor impacto ambiental, introduzindo, nos Termos de Referência com vistas à contratação do serviço, a obrigação do seu uso pela(s) contratada(s).	Ação continuada		
Ação	Local	Responsável	Início
Adoção de produtividade diferenciada.	TRE/sede	Gestor do Contrato	2018
Etapas	Conclusão	Recursos	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Adoção de produtividade diferenciada, por meio da implementação de contratações com a observação de Acordo de Nível de Serviços.	Continuada	Além do gestor do contrato, demais unidades envolvidas nas contratações e as unidades solicitantes	
Ação	Local	Responsável	Início
Incluir nos contratos de limpeza, responsabilização da empresa contratada em capacitar e sensibilizar periodicamente as equipes e utilizar materiais que observem critérios de sustentabilidade.	TRE/sede	Gestor do contrato	2019
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	
- Realizar estudos dos critérios de sustentabilidade que poderão ser inseridos nos editais de licitação para contratação dos serviços de limpeza.	2019		

TEMA: INCLUSÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Ação	Local	Responsável	Início
Elaborar fluxo para garantir a institucionalização das contratações sustentáveis.	TRE/BA	SGA/DG/PLAS	2019
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- Incluir no Plano de Contratações; -divulgar Guia da AGU e pesquisar editais e TRs Sustentáveis.	2020		
Ação	Local	Responsável	Início
Produzir materiais gráficos das Eleições em papel reciclado e impressão monocromática.	TRE/BA	DG/PLAS/SGA	2019
Etapas	Conclusão	Recursos adicionais	
1- Identificar materiais (Ata de Mesa Receptora e votos; faixa para veículos a serviço da Justiça;Eleitoral;Guia Rápido - Roteiro de Mesário c/ biometria; Guia Rápido - Roteiro de Mesário s/ biometria,Guia Rápido - Administrador de Prédio, cartilha para mesários); 2. Consultar as Unidades envolvidas; 3. Avaliar o impacto financeiro;	2020		
Ação	Local	Responsável	Início
Planejar a estratégia de aquisições e substituições dos principais materiais das Eleições, de forma a reduzir custos e impacto ambiental.	TRE/BA	DG/PLAS/Comissão de Eleições/SGA	2019



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	
Avaliação, pelo grupo de trabalho, de todos os itens adquiridos nas Eleições.	Ação continuada		
Ação	Local	Responsável	Início
Criar Banco de Editais Sustentáveis do TRE-BA	TRE/BA	DG/PLAS/SGA	2019
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	
Identificar editais com critérios de sustentabilidade.	Ação continuada		
Ação	Local	Responsável	Início
Revisar Termo de cessão de uso do espaço da lanchonete, a fim de incluir critérios de sustentabilidade	TRE/BA	SGS	próxima contratação
Etapas	Conclusão	Recursos	
Inserir no Termo: reciclagem de resíduos, descarte adequado de rejeitos e economia de bens naturais.	Ação continuada		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.9. Veículos e Combustível

GRUPO EXECUTIVO Nº 07 - Transporte sustentável (deslocamento de pessoal, bens e materiais)

Tema: Deslocamento de pessoal, bens e material: Combustíveis e Veículos			
Ação	Local	Responsável	Início
Contratar empresa para transporte de cargas e encomendas para entrega de pequenos volumes. (Pad 5.037/2015)	TRE/BA	SGS	A definir
Etapas	Conclusão	Recursos	
Elaborar Termo de Referência.	Ação continuada	Valor de contratação a definir mediante pesquisa de mercado	
Ação	Local	Responsável	Início
Realizar estudos para redução de custos na área de transporte (em tramitação PAD 10.485/2018).	TRE/BA	SGS	2017
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	
Elaborar cronograma anual para revisões periódicas trimestrais dos veículos da frota; Aumentar o intervalo de fornecimento de materiais de almoxarifado; Elaborar mapa de deslocamentos semanais, para economia de combustível, com definição dos locais próximos para efetuar o deslocamento no mesmo dia sempre que possível; Apresentar periodicamente dados de consumo para gestão continuada do gasto;.	Ação continuada	Cronograma interno da SETRAN, a ser seguido trimestralmente, utilizando os serviços do contrato de gestão de frota de veículos que prevê troca de peças e serviços. Mapa de deslocamentos semanais dos veículos. Planilha com dados sobre o consumo mensal de combustível. Abastecimento em locais de venda mais baratos.	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

--	--	--

7.10 Reformas

GRUPO EXECUTIVO Nº 02 – Construções sustentáveis (eficiência hídrica, eficiência energética, layout e acessibilidade)

TEMA: REFORMAS			
Ação	Local	Responsável	Início
Instituir rotina de manutenção preventiva nos imóveis	TRE/sede	SGS	2019
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	
-Instituição de rotina de manutenção preventiva nos imóveis, abrangendo todos os sistemas (climatização, elétrico, hidráulico, eletroeletrônico), com vistas a minimizar os impactos com intervenções de maior porte.	Ação continuada	Além do gestor do contrato, demais unidades envolvidas nas contratações e as unidades solicitantes.	
Ação	Local	Responsável	Início
Utilizar insumos respeitando os critérios de sustentabilidade.	TRE/sede	SGS	2019
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	
Inclusão, nos Projetos Básicos, de especificações de insumos, respeitando os critérios de sustentabilidade.	Ação continuada	Além do gestor do contrato, demais unidades envolvidas nas contratações e as unidades solicitantes	
Ação	Local	Responsável	Início
Utilizar técnicas de reaproveitamento de insumos em geral.	TRE/sede	SGS	2019
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Utilizar técnicas de reaproveitamento de insumos em geral, com vistas à redução do impacto ambiental e dos custos.	Ação continuada	Além do gestor do contrato, demais unidades envolvidas nas contratações e as unidades solicitantes.	
Ação	Local	Responsável	Início
Atenção à Política Nacional de Resíduos Sólidos.	TRE/sede	Gestor do Contrato	2018
Etapas	Conclusão	Recursos	
-Inserção, nos Termos de Referência com vistas às contratações de obras e serviços de engenharia, de obrigações referentes ao descarte de resíduos e atenção à logística reversa, inclusive prevendo mecanismos de fiscalização pela Administração.	Ação continuada	Além do gestor do contrato, demais unidades envolvidas nas contratações e as unidades solicitantes	

7.11 Capacitação Socioambiental

GRUPO EXECUTIVO Nº 05 – Sensibilização e capacitação sobre práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente).

TEMA: CAPACITAÇÃO			
Ação	Local	Responsável	Início
Contratar curso <i>in company</i> com utilização de material didático sustentável	TRE/sede	SGP	2019
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

-Pesquisar em sites as empresas que trabalham com itens sustentáveis. -Divulgar à COEDE as empresas de treinamento que utilizam material didático sustentável. -Assessorar a COEDE na elaboração do termo de referência nos processos de contratação de treinamentos.	Ação continuada		
Ação	Local	Responsável	Início
Incluir do tema de sustentabilidade na pauta do encontro de servidores do interior, do programa de ambientação de novos servidores e estagiários.	TRE/sede	SGP/PLAS/DG	2018
Etapas	Conclusão		Recursos Adicionais
-Reunir com a SGP/COEDE para apreciar a parceria da Comissão Ambiental nos Programas Internos do TRE/BA -Levantar os temas relevantes a serem incluídos no Encontro de Servidores do Interior e Programa de Ambientação de novos servidores. -Agendar com a SGP/COEDE reunião para discutir parceria na divulgação dos projetos da Comissão Ambiental. -Confeccionar cartilhas e conteúdos para distribuir nos encontros com servidores e estagiários.	Ação Continuada		
Ação	Local	Responsável	Início
Viabilizar palestra ao TRE/BA sobre a prática da sustentabilidade	TRE/sede	SGP/PLAS/DG	2019
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

-Pesquisar e convidar palestrantes experientes na área ambiental para trazer reflexões aos gestores deste Tribunal. -Contactar os TRE's para trazer as suas experiências para este Tribunal. -Viabilizar parceria na contratação de palestrante de forma compartilhada.	Ação continuada		
Ação	Local	Responsável	Início
Disponibilizar cursos à distância na plataforma Moodle com temas ambientais	TRE/sede	SGP/PLAS/DG	2018
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	
-Solicitar à EFAS/COEDE apoio para disponibilização de cursos referentes a temas ambientais na plataforma moodle deste TRE/BA. -Oficiar os Órgãos Públicos para autorização de cessão de conteúdos de cursos à distância e backups para disponibilização no moodle. -Criar catálogo de empresas parceiras para futura cessão de cursos na modalidade compartilhada.	Ação continuada		
Ação	Local	Responsável	Início
Implementar o Portal Ambiental com as políticas de sustentabilidade adotadas pelo TRE/BA divulgando as metas, ações e resultados alcançados e demais ações educativas.	TRE/sede	SGP/STI/PLAS/DG	2019
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Preparar textos e conteúdos para a montagem das matérias do Portal Ambiental; preparar cartazes lúdicos e eletrônicos referentes às todas as práticas a serem adotadas pelo TRE/BA.

Pesquisar todas as datas comemorativas no âmbito da sustentabilidade e elaborar um calendário oficial para sensibilização de todos os servidores (dia mundial da água, consumo consciente, acessibilidade, qualidade de vida e outros relacionados ao meio ambiente).

Realizar parceria com a Assessoria de Comunicação Social para elaboração do calendário oficial e disponibilizar na intranet.

Divulgar por meio do Portal Ambiental as práticas de sustentabilidade implementadas pelo TRE/BA e a campanhas de conscientização de consumo consciente e demais práticas.

Pesquisar e Divulgar os pontos de coleta de materiais reciclados na Cidade de Salvador.

Ação continuada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.12. Sensibilização

TEMA: SENSIBILIZAÇÃO			
Ação	Local	Responsável	Início
Implementar ações de sensibilização para uso econômico de material de expediente e de eleições.	TRE/sede	SGP/PLAS/DG	2018
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	
Confeccionar cartazes eletrônicos com informação educativa de consumo de material. Agendar com as unidades administrativas a visita técnica da Comissão Gestora para campanhas educativas no consumo de materiais. Elaborar cartilhas com orientações de uso econômico de materiais para uso no Programa de Ambientação de Novos Servidores. Pesquisar cooperativas de reciclagem de papel e cartuchos do Estado da Bahia e Capital para informar às zonas eleitorais. Solicitar apoio à ASCOM para divulgação.	Ação continuada		
Ação	Local	Responsável	Início
Realizar encontros com servidores efetivos, estagiários e terceirizados para sensibilizá-los sobre as ações educativas de consumo consciente.	TRE/Sede	SGP/PLAS/DG	2019
Etapas	Conclusão	Recursos Adicionais	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

<p>Agendar com a COEDE Programas / Encontros trazendo experiências de outros Tribunais quanto à sustentabilidade, como os Tribunais que adotaram a Teia da Sustentabilidade na Bahia (TJ, TRT, MPF e outros).</p> <p>Buscar gestores da comissão ambiental de outros Órgãos para viabilizar encontros no TRE/BA (TJBA, TRT5, STJ, MPF e outros).</p> <p>Consultar a SGP do TRE/BA sobre admissão de novos servidores e estagiários para viabilizar um encontro divulgando a Política de Logística Sustentável.</p> <p>Reservar data do encontro e local de evento (sala de sessões, auditório e/ou sala de treinamento).</p>	2021	
--	------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

8. MECANISMO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Núcleo do Plano de Logística Sustentável-PLAS será a unidade responsável pelo monitoramento da execução e da avaliação do desempenho do PLS/TRE-BA. O monitoramento e a avaliação dos indicadores são importantes para análise comparativa dos objetivos e metas do que foi realmente realizado.

Os Grupos Executivos apresentarão os planos de ação, indicadores e metas ao PLAS, que por sua vez os encaminhará ao Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável, responsável por deliberar sobre ações, metas e prazos de execução do PLS.

Caberá aos Grupos Executivos a execução das ações do PLS/TRE-BA após a aprovação do Comitê Gestor, e informar ao PLAS, trimestralmente, o início da execução dos planos de ação e os respectivos desempenhos. Tal procedimento tem como objetivo corrigir eventuais falhas e redirecionar as ações propostas, quando necessário.

O PLAS realizará o lançamento dos dados relativos ao Anexo I da Resolução n.º 201/2015 no sistema informatizado disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça, para compilação das informações do PLS-PJ; e a consolidação das informações dos Grupos Executivos com vistas à elaboração do Relatório de Desempenho do TRE/BA, que será submetido à apreciação do Comitê Gestor do PLS/TRE-BA.

O Relatório de Desempenho demonstrará o resultado anual, a evolução dos indicadores que integram o PLS e as ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

O desempenho ambiental do TRE/BA será mensurado pelo *Índice de Alcance das Metas do PLS 2018-2021*, relacionado ao uso racional de recursos, utilizando, a princípio, os seguintes indicadores do PLS: consumo de água, energia elétrica, copos descartáveis e papel não reciclado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Cumpre salientar que o índice será aferido para a sede do Tribunal em 2019, enquanto que a medição das unidades do Interior será implementada a partir de 2021. Os dados colhidos entre os anos de 2016 e 2017 servirão de base para monitoramento do consumo na primeira aferição.

Para verificar a capacidade da Justiça Eleitoral Baiana de racionalização do gasto público, as metas serão escalonadas nos seguintes percentuais: 80%, 90% e 100% em 2019, 2020, e 2021, respectivamente.

A aferição do Índice de Alcance das Metas do PLS 2018-2021 foi proposta pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, em conjunto com a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Após aprovação pelo Comitê Gestor, o Relatório de Desempenho será publicado nos sítios eletrônicos do TRE/BA, e encaminhado, por meio do Presidente, ao Conselho Nacional de Justiça, a fim de subsidiar o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, conforme disposto na Resolução CNJ nº 201/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações, no intuito de proteger o meio ambiente, necessitaram rever o impacto ambiental de seus processos de trabalho na geração de produtos e na prestação de serviços para a sociedade. Desse modo, tornou-se imperioso estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas, eficiência por meio do uso racional de energia, água e papel e descarte adequado dos produtos, visando à realização de reciclagem ou destruição adequada do material utilizado.

Neste cenário, o TRE-BA, que intrinsecamente elegeu no PEI 2016-2021 a *Responsabilidade Socioambiental* como *valor organizacional* norteador das ações a serem implementadas por este Regional, inaugura o PLS 2018-2021, importante passo rumo ao futuro sustentável da instituição e do País.